AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 43 | Nº 10 | OUTUBRO 2023



HEDGE DOS PREÇOS
É FUNDAMENTAL SEMPRE GARANTIR O RESULTADO DA SAFRA

TRANSIÇÃO VERDE ENTENDA OS CONCEITOS DE BIOECONOMIA

IDENTIDADE ECOLÓGICA CONCEITO PODE ATRAPALHAR A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

SUCESSO DO AGRO OS FATOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

SETOR SUCROENERGÉTICO SAFRA TERÁ MAIORES PRODUÇÃO E FATURAMENTO PARA USINAS



FGV IN COMPANY

SOLUÇÕES EFETIVAS E IMEDIATAS PARA DESAFIOS CONCRETOS DO AGRONEGÓCIO.

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa acompanhar as mudanças da sociedade. Para isso, a **FGV In Company** desenvolve os *Power Skills* das futuras lideranças desse mercado.

É um programa específico de orientação das habilidades técnicas e comportamentais, que mostra seus impactos no desempenho profissional e na gestão da carreira dos colaboradores, a partir das novas ferramentas digitais, com o propósito de uma formação de líderes completos e de articulações estratégicas.

Conte com os melhores resultados para sua organização.

FGV IN COMPANY

ENTRE EM CONTATO E SAIBA MAIS:

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)
Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade/Comercial: Ana Caroline Teshima

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O PRODUTOR PRECISA PROTEGER O SEU PREÇO

O CENÁRIO perfeito de gestão para o produtor rural envolveria a venda da produção a preços mais elevados, a aquisição de insumos a preços mais baixos e a busca pela máxima produtividade. No entanto, aguardar o momento mais propício para obter preços vantajosos não se revela uma estratégia eficaz, devido à imprevisibilidade do mercado. Prova disso é o recente movimento de alta do dólar, que, no momento de fechamento desta edição, está perto de R$ 5,20. Apesar disso, a ***Agroanalysis*** continua acreditando na queda da moeda norte-americana.

Nesta edição, apresentamos na capa um artigo que destaca a importância da gestão de risco de resultados na agricultura, enfatizando a necessidade de uma estratégia sólida para garantir a perpetuação da atividade e o crescimento da renda. O foco principal é alcançar o equilíbrio entre risco e lucro considerando a complexidade da atividade agropecuária. Nesse cenário, a operação de *hedge* torna-se um importante instrumento de proteção de risco, possibilitando ao produtor posicionar-se em relação à trava de preços para uma data futura. São abordados conceitos como a escolha da tecnologia, o uso de derivativos agropecuários e a influência de fatores como o mercado, o clima e os custos.

Na seção Mercados & Negócios, destacamos a importância da bioeconomia como um passo crucial para a transição verde do Brasil. Sendo considerada a bioeconomia uma prioridade global, o artigo apresenta a diferença entre os três conceitos predominantes relacionados a ela: bioecologia, biotecnologia e biorrecursos. Cada uma dessas abordagens enfoca a sustentabilidade e o uso de recursos naturais de uma forma específica. A Europa já apresenta um dos projetos mais robustos, em função da sua força econômica e projeção global. O Brasil é visto como tendo uma vantagem comparativa significativa, com vastos recursos naturais preservados e capacidade técnica de produção sustentável. A colaboração do Estado é essencial para que o País desenvolva o seu próprio Plano de Bioeconomia, visando ao seu potencial de se tornar líder global nesse campo.

Frear o desmatamento na Amazônia e cumprir, com rigor, o Código Florestal são condições críticas para a sustentabilidade da economia brasileira. Em agosto último, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento dos embargos de declaração da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42. A decisão do STF sobre a definição de "identidade ecológica" tem o potencial de impactar a implementação do novo Código Florestal e os mecanismos de compensação de Reserva Legal (RL). O STF deve esclarecer se esse critério será aplicado somente à Cota de Reserva Ambiental (CRA) ou se será estendido a outros métodos de compensação. A falta de uma definição objetiva para identidade ecológica pode tornar o processo de compensação subjetivo, aumentando a incerteza e podendo, paradoxalmente, incentivar o desmatamento legal.

Outro destaque desta edição é o artigo que versa sobre o sucesso do agro ao longo dos anos. O setor agropecuário no Brasil passou por uma significativa transformação, tornando-se altamente eficiente e produtivo. Essa mudança deve-se a fatores como estabilidade econômica, baixas taxas de juros, instrumentos de crédito e aumento do financiamento privado. Além disso, é preciso frisar que a pesquisa e a adoção de tecnologias desempenharam um papel fundamental, como a incorporação de bioinsumos e a tecnologia conservacionista. Ademais, reformas estruturais, como a eliminação da exportação de impostos e a reforma portuária, contribuíram para a competitividade do setor. Outros fatores incluem a abertura econômica de 1990, que pressionou o setor a se tornar mais competitivo, e a eliminação de autarquias que estatizavam o comércio. A migração de produtores para regiões de fronteira agrícola também impulsionou o crescimento. É essencial continuar investindo em reformas, pesquisa, empreendedorismo e parcerias público-privadas para manter o sucesso do setor agropecuário no Brasil.

Por fim, trazemos como conteúdo especial da edição o monitor da safra 2023/24 do setor sucroenergético. O destaque dá-se para a maior produção em relação ao ciclo anterior. Contudo, a intensidade desse crescimento dependerá da capacidade das usinas de operacionalizarem a colheita nos próximos meses. A valorização do açúcar impulsionou o faturamento das usinas, apesar da queda nos preços do etanol vendido internamente como combustível. O cenário dos últimos anos foi desafiador devido a fatores como seca, mudanças nos tributos sobre os combustíveis e atrasos no cumprimento das metas de descarbonização da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). A expectativa é de que a safra 2023/24 seja maior do que aquela registrada no último ciclo, mas o ritmo de colheita nos próximos meses, influenciado pela condição climática, será determinante para a intensidade desse crescimento. ■

04 EDITORIAL

07 FRASES & COMENTÁRIOS

08 AGRODROPS

12 MERCADOS & NEGÓCIOS

12 DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA CHINESA: POR QUE O MOTOR NÃO QUER PEGAR

14 CAPA BIOECONOMIA BRASILEIRA: A PROMOÇÃO DE UMA NOVA VANTAGEM COMPARATIVA

16 POLÍTICA AGRÍCOLA

16 CAPA O SUCESSO DO AGRO

18 SUSTENTABILIDADE

18 CAPA IDENTIDADE ECOLÓGICA PARA COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL

22 GESTÃO

22 CAPA GESTÃO DE RISCO DE RESULTADOS

25 CONTEÚDO EM FOCO

CAPA SETOR SUCROENERGÉTICO: MONITOR DA SAFRA 2023/24

30



ABISOLO

NUTRIÇÃO INTELIGENTE *VERSUS* PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

36



ABIOVE

SAFRAS CRESCENTES E FERROVIAS EM BERÇO ESPLÊNDIDO: DESCOMPASSO PREOCUPANTE

38 CECAFÉ

PLATAFORMA DE RASTREABILIDADE "CAFÉS DO BRASIL"

39 FAESP

SÃO PAULO SE TORNA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA

40 PRODUZIR

O QUE ESTÁ EM JOGO PARA O AGRO NO ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE

41 OPINIÃO

GOVERNO PAULISTA CRIA PLANO DE AÇÕES PARA O LITORAL

42 REFLEXÃO

O NOVO, O VELHO E O QUE VIRÁ

1º Fórum de
Fertilizantes de Matriz Orgânica

REUNIREMOS O QUE HÁ DE MAIS MODERNO EM FERTILIZANTES DE MATRIZ ORGÂNICA

08 e 09 de novembro de 2023 | Pecege - Piracicaba/SP

matrizorganica.abisolo.com.br

Reunimos o setor de fertilizantes orgânicos, organominerais e condicionadores de solo, em um ambiente para troca de informações, experiências e principalmente para a geração de negócios para toda a cadeia de valor do segmento.

Acesse o hotsite do evento.

abisolo



FRASES & COMENTÁRIOS


LULA MARQUES/ AGÊNCIA BRASIL

"Projeto desenvolvido a muitas mãos, o mercado regulado de carbono do Brasil pode ser o endereço dos créditos íntegros que o mundo possa ter como oferta e oportunidade."

"O País tem o papel crucial de suprir a demanda de ativos ambientais quando se consideram o patrimônio florestal e a matriz energética existente."

"Alinhar interesses econômicos e ambientais garantirá um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações."

LEILA BARROS, senadora (PDT/DF) e presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal

"A agenda do mercado de carbono esbarra em complexidades técnicas, econômicas e políticas, assim como o instrumento de precificação."

"O marco regulatório envolve definições de natureza jurídica que serão apresentadas na COP 28."

"Com relação à agricultura, cabe definir o papel do agente implementador e estabelecer se o sistema será único ou independente."

VIVIANE ROMEIRO, diretora técnica de Clima, Energia e Finanças Sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), referindo-se à 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês)

"O Brasil precisa estabelecer uma estratégia bem definida, com visão de longo prazo, para liderar o processo de transição a uma economia verde e descarbonizada."

"É preciso aproveitar o seu potencial de cobertura verde e sequestro de carbono com estrutura produtiva no agronegócio para produzir alimentos, fibras e energia limpa."

"Não podemos ficar fora dessas discussões, com relação estratégica inteligente que atenda os interesses dos países pares e se beneficie dessa interação."

ROBERTO AZEVÊDO, diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)

"Apelamos aos países das Américas que trabalhem juntos para construir uma agricultura resiliente à mudança do clima e garantidora da segurança alimentar."

"As mudanças climáticas continuam a impactar de maneira duradoura as práticas da agricultura de todos os países."

"Há um forte comprometimento global para encarar os desafios e construir um sistema de produção mais sustentável, igualitário e resiliente."

TOM VILSACK, secretário do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês)

"A produtividade, a rentabilidade e a sustentabilidade são variáveis integradas nas agendas do Brasil, como potência na produção de alimentos e cuidado com o meio ambiente."

"A governança é importante para harmonizar e equacionar questões fundamentais para o agro, criando um propósito de longo prazo para conseguir avançar."

"Precisamos trazer esse alinhamento interno para estabelecer métricas e visualizar o que queremos."

RICARDO NISHIMURA, presidente do Conselho de Administração da Jacto

SAFRA 2022/23: RECORDES NA PRODUÇÃO DE GRÃOS

A safra de grãos 2022/23 encerra-se com um marco histórico: uma produção estimada de 322,8 milhões de toneladas, estabelecendo um aumento de 18,4% em relação à safra anterior. Durante a temporada, observou-se um aumento de 5,3% da área cultivada, que alcançou 78,5 milhões de hectares, além do aumento da produtividade média, que evoluiu de 3.656 para 4.111 quilos por hectare. Os dados referem-se à 12ª pesquisa de campo sobre a produção, a colheita e a produtividade de grãos da safra 2022/23 realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

BRASIL: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE CEREAIS E OLEAGINOSAS

SAFRA	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)	Produtividade (toneladas por hectare)
2012/13	53,6	188,6	3,5
2013/14	57,1	193,6	3,4
2014/15	57,9	208,6	3,6
2015/16	58,3	186,9	3,2
2016/17	60,9	238,6	3,9
2017/18	61,7	231,6	3,7
2018/19	63,3	246,8	3,9
2019/20	65,9	257,1	3,9
2020/21	70,1	256,7	3,7
2021/22	74,6	272,6	3,7
2022/23	78,5	322,8	4,1

Fonte: Conab

DESAFIOS NA CADEIA PRODUTIVA DE LARANJA

Em junho último, período que marca o início da safra 2023/24, os estoques nacionais de suco de laranja totalizaram 84,7 mil toneladas. De acordo com a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), esse é o menor nível das últimas doze temporadas, com redução de 40,5% em relação à safra 2021/22. Apesar de a produção ter aumentado cerca de 15,0% em comparação à do ano anterior (passando de 822 mil para 945 mil toneladas), tal crescimento não foi suficiente para conter a queda dos estoques. O Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) estima, ainda, uma queda de 1,5% na produção do Cinturão Citrícola de São Paulo e Minas Gerais entre as colheitas de 2022/23 e 2023/24, passando de 314,21 milhões de caixas (de 40,8 quilos) para 309,34 milhões de caixas.

BRASIL: PRODUÇÃO E ESTOQUE DE SUCO DE LARANJA (MILHARES DE TONELADAS)

SAFRA	Estoque	Produção
2011/12	662	1.519
2012/13	766	1.192
2013/14	534	851
2014/15	510	1.035
2015/16	352	865
2016/17	107	648
2017/18	343	1.309
2018/19	253	875
2019/20	471	1.203
2020/21	317	837
2021/22	143	822
2022/23	85	945

Fonte: CitrusBR

A EXPECTATIVA E O AMBIENTE DA COP 28

O plano das atividades ligadas à 28ª edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês) segue em plena execução. O evento acontecerá de 30 de novembro a 12 de dezembro próximo, na cidade de Dubai, localizada nos Emirados Árabes Unidos. Na reunião da pré-COP, de junho, em Bonn, na Alemanha, foram pautas da mesa de conversa temas como o monitoramento dos resultados dos países-membros no cumprimento do Acordo de Paris (chamado de "Global Stocktake"), a agenda de adaptação e o Programa de Trabalho em Mitigação.

CRESCE O MERCADO DE CAPITAIS NO AGRO

Os instrumentos de financiamento privado do agro apresentaram destaques nos incrementos mensais de julho de 2022 a julho de 2023. Os valores em estoque registrados pela Cédula de Produto Rural (CPR) cresceram 57%. Houve uma queda de 23% no valor do *ticket* médio do estoque de CPR, que passou de R$ 2,02, em julho de 2022, para R$ 1,64, em julho último, em razão da alteração dos valores para obrigatoriedade de registro dos contratos a partir de R$ 50 mil. Antes, essa exigência era apenas para os contratos a partir de R$ 250 mil. Essa ampliação aumenta a transparência e a liquidez do mercado. Na Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), houve um aumento de 49%, porque as regras do Plano Safra 2023/2024 aumentaram a exigibilidade na aplicação do título.

ESTOQUE DE TÍTULO E PATRIMÔNIO DOS FIAGRO (R$ BILHÕES)

TÍTULO	Julho de 2022	Julho de 2023	Var. %
CPR	170,02	266,91	57
LCA	283,77	423,88	49
CDCA	24,79	30,58	23
CRA	86,64	110,89	28
Fiagro	5,70	15,40	170

CDCA: Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio; CRA: Certificado de Recebíveis do Agronegócio; Fiagro: Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais
Fontes: CVM; B3; CERC; CRC; Anbima; elaboração: CGMF/DEFIN/SPA/MAPA

CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO DE PEIXES DE CULTIVO

As estatísticas apontadas pela Associação Brasileira da Piscicultura (PEIXE BR) mostram uma evolução crescente da produção brasileira de peixes de cultivo desde 2014 (+48,6%). A criação de tilápia destaca-se na produção nacional, sendo responsável por 550 mil toneladas, cerca de 64% do volume total produzido em 2022, com uma expectativa de expansão para os próximos anos. Apesar de ter havido uma leve queda no volume exportado entre 2021 e 2022 (-13%), o faturamento registrou um aumento de 15% em relação ao do ano anterior. Esse desempenho é resultado do crescimento das exportações de produtos com um maior valor agregado. A presença da piscicultura brasileira no mercado internacional deve crescer com a abertura de mercado para produtos congelados.

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DA PISCICULTURA

ANO	Produção (toneladas)	Exportação	
		(toneladas)	(US$ mil)
2014	578.800	–	–
2015	638.000	–	–
2016	640.510	–	–
2017	691.700	–	–
2018	722.560	4.913	8.695
2019	758.006	6.202	11.202
2020	802.930	6.681	11.692
2021	841.005	9.806	20.656
2022	860.355	8.492	23.847

Fonte: PEIXE BR



SHUTTERSTOCK

CURSO "MENSURAÇÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA E PECUÁRIA"

Estão abertas as inscrições para o curso de aperfeiçoamento "Mensuração de carbono na agricultura e pecuária", que acontecerá nos dias 24 e 25 deste mês, em formato 100% online (aulas ao vivo).

O curso tem como objetivo apresentar a agropecuária no contexto das mudanças climáticas e explorar as atividades setoriais que contribuem para a emissão e a remoção de gases do efeito estufa (GEE). Durante o curso, você irá adquirir conhecimento a respeito das mudanças climáticas e dos seus impactos econômicos, uma ampla visão a respeito das emissões do setor agropecuário, habilidades para identificar processos de emissão e remoção de GEE dentro da fazenda, além de aprender a utilizar a ferramenta GHG Protocol Agricultura e compreender aspectos gerais da legislação sobre o mercado de carbono.

As aulas serão ministradas pelos professores e pesquisadores da Fundação Getulio Vargas (FGV) Camila Genaro Estevam, Talita Priscila Pinto, Eduardo de Morais Pavão, Eduardo Delgado Assad e Leonardo Munhoz.

Não perca a oportunidade de adquirir subsídios para realizar o cálculo da mensuração de carbono na fazenda e se atualizar sobre a temática das mudanças climáticas no setor agropecuário.

As vagas serão limitadas. Para se inscrever, você pode acessar o link https://agro.fgv.br/cursos ou o QR *code* a seguir:

VII SIMPÓSIO DE PESQUISA DA FGV

Em setembro último, ocorreu o VII Simpósio de Pesquisa da FGV, no Centro Cultural FGV, localizado no Rio de Janeiro. O evento reuniu pesquisadores, representantes de agências de financiamento de pesquisas e setores público e privado, com o objetivo de promover a realização de projetos de pesquisa multidisciplinares com alto impacto sobre o desenvolvimento socioeconômico do País. Os temas abordados neste ano foram: pesquisa, inovação e setor empresarial; ética e integridade em pesquisa; o impacto das mudanças climáticas, da poluição e de desastres ambientais sobre a saúde da população; comunicação e nova ordem social; reforma tributária; e o marco fiscal.

Acesse a cobertura do evento por meio do QR *code* a seguir:

AMAZÔNIA BRASILEIRA: SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV) divulgou o estudo "Amazônia brasileira: produtos nativos para a sustentabilidade do desenvolvimento regional", conduzido pela pesquisadora convidada Maria Leonor Lopes Assad. A pesquisa lança luz sobre a importância da Amazônia no contexto da biodiversidade global e no desenvolvimento regional sustentável. O estudo objetiva, ainda, esclarecer como os recursos naturais da Amazônia podem ser explorados de forma sustentável para impulsionar o desenvolvimento da região.

Acesse o estudo completo por meio do QR *code* a seguir:

OCBIO NA SEMANA DA AMAZÔNIA, EM BERLIM

Daniel Vargas, coordenador do OCBio, participou, em setembro último, da Semana da Amazônia, evento realizado pela Embaixada do Brasil em Berlim, na Alemanha. O evento contou com a presença de autoridades brasileiras e alemãs e de representantes da Academia e do setor privado. Vargas dissertou sobre os desafios da bioeconomia na Amazônia e no Brasil, ressaltando a urgência de promoção do crescimento sustentável.

AGROINDÚSTRIA: QUEDA DE 1,2% NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a produção agroindustrial voltou a contrair em junho último. Na variação mensal (isto é, frente a maio último), a queda foi de 1,2%, já considerando os ajustes sazonais. Na relação interanual (ou seja, em comparação a junho de 2022), a contração foi de -1,1%, correspondendo à quarta queda interanual de 2023. Com isso, a agroindústria acumulou uma contração de 1,2% no primeiro semestre do ano.

O resultado negativo no acumulado dos primeiros seis meses do ano foi derivado, exclusivamente, do segmento de produtos não alimentícios, que caiu 5,5%. Sobre esse segmento, é importante destacar: (i) apenas os setores de biocombustíveis (12,0%) e fumo (2,6%) registraram expansão no semestre; e (ii) a queda, portanto, foi puxada pelos setores de insumos agropecuários (-17,2%), produtos têxteis (-5,1%) e produtos florestais (-4,5%).

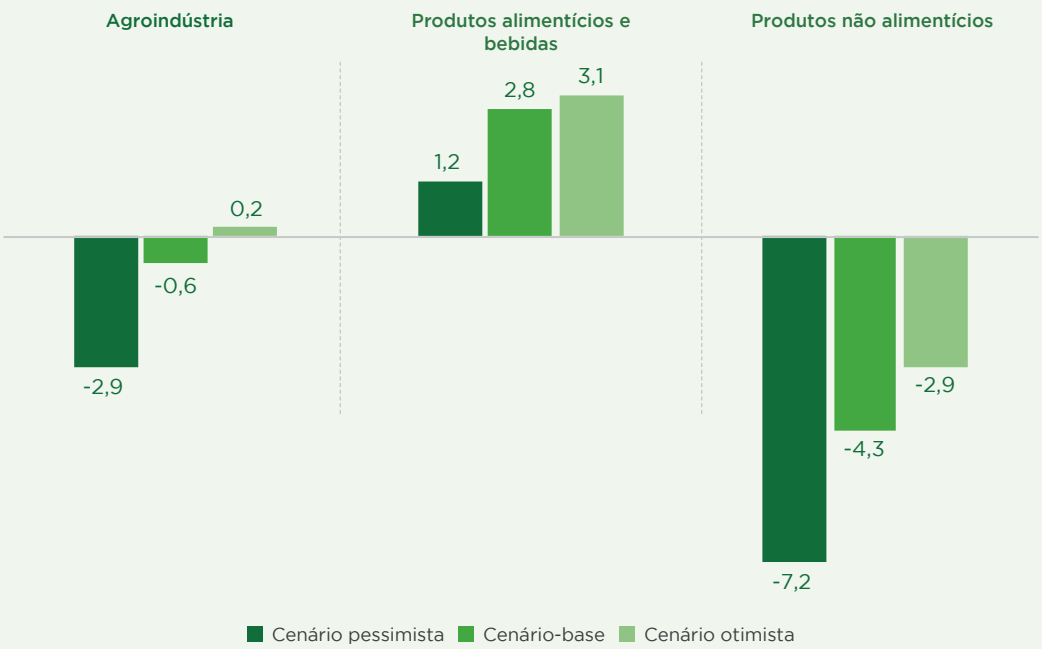
Já o segmento de produtos alimentícios e bebidas conseguiu registrar uma alta de 2,2% no mesmo período, derivada tanto do desempenho positivo do setor de produtos alimentícios (2,5%), como do de bebidas (0,4%). Ou seja, fica evidente que o segmento de produtos alimentícios e bebidas, ao contrário do de produtos não alimentícios, vem demonstrando uma maior resiliência do que a indústria de transformação (-1,3%) e a indústria geral (-0,3%).

Além disso, nota-se que a produção agroindustrial, principalmente a de produtos não alimentícios, seguiu o mesmo ritmo da economia brasileira – com isso, a agroindústria ainda não conseguiu entrar em uma trajetória de crescimento. O setor de produtos alimentícios, por sua vez, teve um primeiro semestre melhor, positivamente impactado, sobretudo, pela supersafra brasileira e pela consequente desaceleração da inflação de alimentos.

Para este ano, o FGV Agro projeta que a agroindústria contrairá levemente, em -0,6%, frente a 2022, no cenário-base. A contração projetada pelo FGV Agro para a agroindústria deverá ser derivada, exclusivamente, do segmento de produtos não alimentícios, cuja projeção é de redução de 4,3% na sua produção. Ou seja, espera-se que o segundo semestre seja um pouco melhor para os setores de insumos agropecuários e produtos florestais, o que deve gerar um fôlego adicional para o segmento de produtos não alimentícios – porém, isso não será suficiente para recuperar as perdas do primeiro semestre do ano.

O segmento de produtos alimentícios e bebidas, por sua vez, deverá registrar um crescimento de 2,8%, favorecido, notadamente, pelo arrefecimento da inflação de alimentos, pelo maior aquecimento no mercado de trabalho e pelo possível ciclo de redução dos juros (o que deve contribuir para reduzir o endividamento e a inadimplência das famílias).

PROJEÇÕES PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2023 (% A.A.)



Fonte: FGV Agro

DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA CHINESA: POR QUE O MOTOR NÃO QUER PEGAR

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

O desaquecimento da economia chinesa neste ano contrariou as expectativas, com indicadores mais fracos do que o esperado. A crise no mercado imobiliário e a cisão no comércio com os Estados Unidos (EUA) contribuíram para essa dinâmica. Embora essa desaceleração tenha repercussões globais, o impacto sobre o agronegócio brasileiro deve ser moderado, devido à baixa elasticidade-renda dos produtos exportados para a China e à substituição das importações norte-americanas.

APÓS O fim da política "COVID Zero" pela China e a sua reabertura econômica para o mundo, a perspectiva era de que a economia chinesa apresentaria uma rápida e consistente recuperação neste ano, tal como ocorreu com uma grande parte das nações após o fim das medidas mais restritivas para conter a pandemia.

Contudo, a realidade tem frustrado as expectativas, com indicadores econômicos apresentando-se menos animadores do que era esperado. Com isso, a promessa do governo chinês de fazer o país crescer 6,5% neste ano já está completamente fora do radar; algumas instituições projetam uma expansão entre 4,0% e 4,5%.

Considerando que a China é a segunda maior economia do mundo, está evidente que o desaquecimento dessa nação pode trazer consequências para a economia mundial, com destaque para os mercados de *commodities*. Desde já, felizmente, prevê-se que os possíveis impactos sobre o agro brasileiro, se houver, serão bem modestos.

DIVERSOS INDÍCIOS DE UMA ECONOMIA CHINESA MAIS FRACA

Vários são os sinais que indicam que a economia da China está mais fraca e explicam a desaceleração do seu Produto Interno Bruto (PIB) ao longo deste ano. Entre esses sinais, os seguintes podem ser destacados:

- Varejo: em julho último, de acordo com o National Bureau of Statistics of China (NBS), as vendas do varejo registraram uma expansão de 2,5% em relação às do mês anterior, após um crescimento de 3,1% em junho. Essa desaceleração do varejo chinês, que é uma métrica bastante importante para mensurar o aquecimento do consumo interno, foi um dos principais motivos do corte de algumas das principais taxas de empréstimos pelo Banco Popular da China.

- Indústria: o Purchasing Managers' Index (PMI) do setor de manufatura, que é um índice que mede a atividade industrial chinesa, passou de 50,1, em janeiro último, para 49,7, em agosto. Em maio, atingiu o menor valor para o ano: 48,8. Ou seja, apesar da leve recuperação nos últimos meses, a atividade industrial, claramente, não está apresentando a dinâmica positiva de outrora.

- Comércio exterior: as exportações chinesas, em julho (último dado disponível até o momento em que este texto era redigido), foram 14,5% menores do que o registrado no mesmo mês de 2022. Vale destacar que, desde outubro último, as exportações chinesas vêm apresentando contrações para essa base de comparação. As importações também contraíram sucessivamente, sendo que, em julho, a queda foi de 12,4%.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS EXPLICAÇÕES DO DESAQUECIMENTO DA CHINA?

O centro dos problemas econômicos da economia chinesa está no mercado imobiliário. Nas últimas décadas, esse setor cresceu de forma exponencial, impulsionado por uma combinação de fatores, tais como: crescimento econômico acelerado; juros baixos; aumento demográfico; políticas governamentais que incentivavam a compra de imóveis; expansão de renda da população; e limitadas alternativas de ativos para alocação de poupança pelas famílias chinesas. Consequentemente, o setor imobiliário passou a ser um dos principais motores da economia, representando mais de um quarto do PIB dessa nação.

Contudo, em 2021, o governo chinês passou a adotar diversas medidas para conter a especulação imobiliária, diminuir o comportamento arriscado das construtoras e tentar desinflar a "bolha" criada nesse setor. Para isso, as autoridades chinesas vêm aumentando, por exemplo, os requisitos de capital para incorporadoras, reduzindo o crédito

imobiliário, além de proibir vendas pré-lançamento. Como resultado, as incorporadoras imobiliárias começaram a enfrentar dificuldades financeiras.

Nesse contexto, combinado ao excesso de oferta já existente, a população da China reduziu a sua demanda por imóveis, o que levou a uma queda de preços, dada a oferta elevada desses bens. Como resultado, o setor imobiliário chinês, que, antes, era um dos principais motores da economia chinesa, está em crise. Para ilustrar: de acordo com o NBS, o investimento imobiliário entre janeiro e agosto deste ano foi 8,8% menor do que o verificado no mesmo período de 2022. Além disso, o indicador de novas construções iniciadas contraiu 24,4% no mesmo período.

Contudo, a crise no setor imobiliário da China, que é um componente conjuntural, não é o único fator que explica a desaceleração dessa economia. Há uma questão bem mais estrutural que também responde por essa dinâmica: está ocorrendo uma cisão do comércio internacional entre os EUA e a China. Ou seja, a economia norte-americana vem comprando menos da chinesa, e vice-versa.

Como resultado, de acordo com o NBS, as exportações da China para o mundo, conforme já citado anteriormente, vêm contraindo desde o final de 2022 e a participação do valor dos produtos chineses nas importações norte-americanas (e, de modo geral, das economias avançadas) desacelerou em 2022 e passou a cair ao longo de 2023.

Além disso, a moeda chinesa (*yuan*) vem perdendo valor frente à moeda norte-americana. Em outras palavras: em dólar, a população da China está relativamente mais pobre, contribuindo para a redução da demanda chinesa por produtos importados.

COMO A DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA DEVERÁ IMPACTAR O BRASIL?

Mesmo com a leve melhora de alguns indicadores em agosto último, é fato que a economia chinesa vem desacelerando ao longo do ano. A perda de fôlego da segunda maior economia do mundo, em um cenário globalizado, deverá trazer, certamente, consequências para as nações que tenham alguma relação comercial com a China.

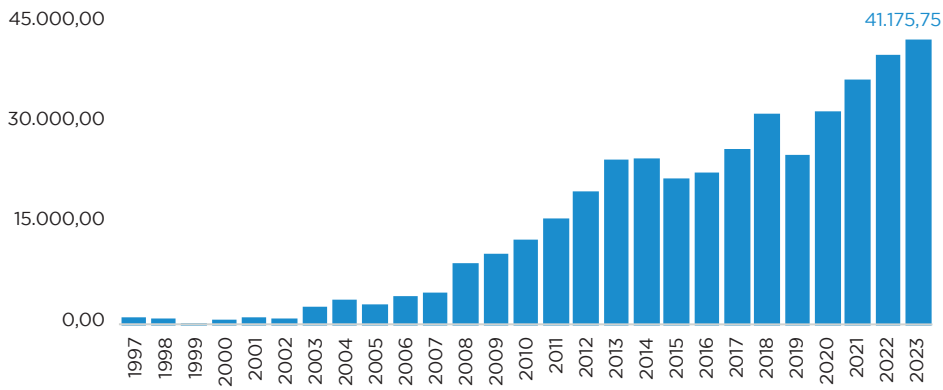
No entanto, considerando o agronegócio brasileiro, espera-se que o impacto seja moderado, uma vez que os produtos demandados pela China têm, de modo geral, baixa elasticidade-renda da demanda. Isto é, por serem produtos essenciais, de modo geral, mesmo que a renda diminua significativamente, a quantidade demandada contrai em uma proporção bem menor.

Além disso, como a China vem substituindo as importações provenientes dos EUA pelas de outros parceiros (entre eles, o Brasil, principalmente no caso do milho), a possível queda das exportações brasileiras para a economia chinesa, por conta de uma demanda menor daquele país, pode ser mais do que compensada pela substituição das importações norte-americanas.

Diante disso, mesmo com a desaceleração da economia chinesa, as exportações do agronegócio brasileiro aumentaram 5,6% no ano (isto é, de janeiro a agosto deste ano frente ao mesmo período de 2022, em termos reais), de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), correspondendo ao destino de 36,5% do valor das exportações do agronegócio do Brasil. Com isso, em dólares, foi o maior valor exportado para a China desde 1997 (em termos reais e considerando os primeiros oito meses de cada ano).

Enfim, a China vem desaquecendo, e o seu governo vem adotando algumas medidas (como redução de juros, corte no imposto sobre negociações na bolsa de valores, entre outras) para conter ou reverter essa desaceleração. O desaquecimento de uma economia do porte da chinesa não é benéfico para o mundo, contudo as características das atuais relações comerciais brasileiras com a China impedem um impacto maior sobre as exportações do agronegócio do Brasil, ao menos no curto prazo. ■

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PARA A CHINA – VALORES ACUMULADOS ENTRE JANEIRO E AGOSTO DE CADA ANO (US$ MILHÕES)



*Valores reais deflacionados pelo Consumer Price Index (CPI) – ano-base: 2023
Fonte: MAPA

1 Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br
2 Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

BIOECONOMIA BRASILEIRA: A PROMOÇÃO DE UMA NOVA VANTAGEM COMPARATIVA

TALITA PRISCILA PINTO[1], DANIEL VARGAS[2], CICERO ZANETTI DE LIMA[3], DIOGO GUERRA[4]

A bioeconomia pode ser um passo central para a transição verde do Brasil. No centro do avanço produtivo, está o casamento entre inteligência e natureza. O avanço da ideia exige, antes de tudo, solucionar problemas já compreendidos. Esforços coordenados do Estado podem alavancar o Brasil para o posto de principal complexo produtivo bioeconômico global.

A CONSTRUÇÃO de um regime global de governança ambiental e o novo *status* mundial da agenda climática tornam a bioeconomia uma prioridade global e elevam a sua importância como uma variável econômica.

Mas, afinal de contas, o que é bioeconomia? A literatura global sobre o tema revela que, apesar de não haver uma única definição formal, há três visões que ganharam força e relevância mundial ao longo das últimas décadas: bioecologia, biotecnologia e biorrecursos.

A visão bioecológica argumenta que o avanço econômico tende a degradar os recursos naturais do Planeta. Para solucionar esse problema, a bioecologia propõe a interrupção do crescimento econômico insustentável e a busca por valores e qualidade de vida, em oposição à produção e ao consumo desregrados.

Já a visão biotecnológica aposta na criação de um novo ciclo econômico impulsionado por avanços em áreas como Informática, Ciências Biológicas, entre outras. O valor econômico estaria cada vez mais associado à inteligência e ao domínio da energia viva da natureza, resultando em um crescimento sustentável baseado em tecnologia de ponta.

Por fim, a visão dos biorrecursos baseia-se na substituição gradual de produtos de origem fóssil e química por novos, de origem biológica. Por meio do avanço tecnológico e científico, a bioeconomia dos biorrecursos visa ampliar o uso de insumos biológicos, substituindo os não renováveis, e promover a industrialização sustentável.

Ao longo das últimas décadas, o compromisso com a transição verde impulsionou dezenas de países a elaborarem seus respectivos projetos de bioeconomia, os quais visam criar complexos produtivos ou complexos bioeconômicos, com financiamento abundante, participação empresarial e ambição de transformar a economia global.

MOVIMENTO EUROPEU

Entre as políticas nacionais, um dos projetos de bioeconomia que se tornou especialmente marcante nos últimos anos, em função da sua força econômica e projeção global, foi o europeu.

Por meio da proposta de "crescer sem degradar recursos naturais", o projeto europeu abraça, sobretudo, a bioeconomia dos biorrecursos. A estratégia é promover a substituição de fósseis por biológicos. Trata-se de encontrar um equilíbrio entre avanço econômico e proteção ambiental nos distintos setores da economia. Ao fazer isso, o União Europeia (UE) também pretende redefinir e fortalecer a sua competitividade econômica.

A primeira visão abrangente de reorganização da economia europeia veio com o Plano de Bioeconomia do bloco, que apontava o caminho para o desenvolvimento sustentável regional. A mensagem geral, apresentada na abertura do Plano, ressaltava o compromisso com o meio ambiente, mas também com a competitividade econômica europeia.

O Plano detalha as particularidades da visão europeia sobre a bioeconomia. O "*European way*" combina duas diretrizes centrais. Primeiro, a bioeconomia europeia precisa ter a sustentabilidade e a circularidade no seu centro. Segundo, isso irá promover a renovação de indústrias, a modernização de sistemas de produção primária, a proteção do meio ambiente e o fortalecimento da biodiversidade. Com isso, a bioeconomia tem o potencial de gerar 1 milhão de novos empregos nas indústrias de base biológica.

A lista de objetivos particulares do Plano de Bioeconomia contempla: (i) garantir a segurança alimentar e nutricional; (ii) realizar a gestão sustentável de recursos naturais; (iii) reduzir a dependência de recursos não renováveis, produzidos dentro ou fora da região; (iv) promover a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas; e (v) aumentar a competitividade europeia e a geração de empregos.

O GREEN DEAL EUROPEU

As diretrizes do Plano de Bioeconomia viram norma no novo Pacto Ecológico Europeu – o Green Deal. A UE compromete-se a cortar emissões de gases do efeito estufa (GEE) em 55% até 2030 em comparação aos níveis de

1990 e, ao mesmo tempo, impulsionar a economia europeia.

No coração do Green Deal, está a Farm to Fork Strategy. O documento detalha metas e orienta ações para a transição no setor de alimentos. Segundo a Farm to Fork Strategy, a transição verde deve reduzir impactos ambientais e promover a competitividade de produtos e produtores europeus.

O segundo pilar do Green Deal europeu é a Biodiversity Strategy for 2030, que prioriza a restauração de áreas degradadas – em pelo menos 20% das terras e dos mares do continente. Deverão ser plantados 3 bilhões de árvores até 2030.

O Green Deal trata relativamente pouco sobre ações no setor de energia, que corresponde a mais de 75% das emissões do continente. Para cortar as emissões em 55% até 2030, os países do bloco devem implementar medidas de substituição de energia suja por energia limpa.

No setor de transportes, a União Europeia aposta na eletrificação. O bloco fixou em 2035 um limite para a aposentadoria do motor a combustão. Ao mesmo tempo, o bloco concede um subsídio de € 8 mil por cada carro elétrico de até sete assentos. O teto na ponta e o incentivo na base visam promover a conversão tecnológica das fabricantes europeias, que, rapidamente, buscam se adaptar. Em um mercado relativamente concentrado, o rumo adotado pelo bloco deve impactar outros mercados.

O projeto europeu é acompanhado, por fim, de um projeto de influência sobre as novas fronteiras da economia internacional. Busca fazer isso via normas de regulação comercial que exigem que empresas europeias "levem" as exigências europeias para outros países em que operam – em particular com normas de direitos humanos e de combate ao desmatamento.

A Deforestation Regulation restringe a importação de bens provenientes de áreas desmatadas após 2020 – e que convivam com violações a direitos humanos e ilegalidades.

O Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) pretende garantir a "isonomia" ambiental das empresas europeias. Ao impor uma exigência de redução de carbono a empresas dentro do bloco, espera-se que bens produzidos fora obedeçam ao mesmo padrão. Os critérios de mensuração são criados e definidos pela UE.

Em muitos pontos, o "nacionalismo produtivo" europeu pode servir como exemplo para reforçar que iniciativas de desenvolvimento bioeconômico devem olhar para aspectos ambientais, sociais e econômicos. O alvo é atingir patamares cada vez mais elevados de desenvolvimento sustentável.

OPORTUNIDADE PARA O BRASIL

Na bioeconomia, países com maiores estoques de recursos naturais preservados, como o Brasil, podem ter uma vantagem, uma nova forma de vantagem comparativa.

O Brasil possui mais de 60% do seu território preservado. Cada propriedade rural no País deve, por lei, preservar uma área de Reserva Legal (RL) que varia entre 20% e 80% da área total do imóvel e funciona como uma fábrica particular de serviços ambientais. Aqui, o País ajusta-se à visão bioecológica.

O Brasil possui capacidade técnica de produção sustentável. Nas últimas três décadas, foram observados sucessivos incrementos de produtividade agrícola. Essa capacidade oferece espaço para a ampliação da produção sustentável de alimentos e oportunidades para o desenvolvimento de novos alimentos, fontes de energia e produtos têxteis, além da geração de recursos de inovação. Além disso, há o crescimento e o desenvolvimento – a passos largos – do mercado nacional de bioinsumos e a matriz energética nacional, que tem quase metade da sua origem em fontes renováveis e que abrange, também, o uso de biocombustíveis, responsável por já ter evitado as emissões de mais de 100 milhões de toneladas de carbono equivalente. Aqui, o País ajusta-se à visão dos biorrecursos.

O progresso produtivo brasileiro está cada vez mais baseado em tecnologias avançadas. O uso de inovações genéticas e o desenvolvimento de espécies adaptadas às características específicas de solo e clima do País garantem avanços produtivos cada vez maiores. Essas variedades são mais resistentes a pragas e variações climáticas, permitindo uma produção mais estável e resiliente. Aqui, o País ajusta-se à visão biotecnológica.

O "potencial instalado" de uma boa parte da economia brasileira, a começar pelo campo e pela bioenergia, é sustentável. Frear o desmatamento na Amazônia e cumprir, com rigor, o Código Florestal são condições críticas para a sustentabilidade da economia brasileira.

Em um mundo cada vez mais orientado à disputa por mercados na fronteira, o avanço da bioeconomia tende a exigir a colaboração do Estado. Atividades como bioagricultura, bioenergia e biorrecursos sugerem caminhos que permitiriam ao Brasil aproveitar a sua vantagem "tropical" e transformá-la em uma fronteira efetiva de crescimento, com ganhos cumulativos de produtividade.

Na prática, o "*Brazilian way*" já vem acontecendo. Cabe ao País se coordenar, estabelecer as suas metas e estratégias e apresentar ao mundo o seu próprio Plano de Bioeconomia, que já está em curso e tem potencial para ser o mais relevante globalmente. ■

1 Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – talita.pinto@fgv.br
2 Coordenador do OCBio/FGV – daniel.vargas@fgv.br
3 Pesquisador do OCBio/FGV – cicero.lima@fgv.br
4 Estagiário do OCBio/FGV – diogo.guerra@fgv.br

O SUCESSO DO AGRO

PEDRO DE CAMARGO NETO*

O agro é tech. *O agro é* pop. *Houve uma grande mudança em como o setor passou a ser percebido pela sociedade. A alteração é, certamente, um resultado do importante crescimento da produção, da renda e do emprego das populações nas regiões produtoras, das exportações do setor e do seu efeito no saldo da balança comercial, além do reflexo nas divisas externas do País, características reconhecidas até pelos mais céticos. O que ocorreu? Como explicar? Vale relembrar.*

SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS caíram drasticamente desde o fim da conta-movimento do Banco do Brasil (BB), em 1986. O apoio oficial do crédito rural permaneceu, com altos e baixos. Sobrevivemos aos planos heterodoxos, que, em trocas de indexadores, chegaram a produzir um enorme e indevido endividamento, que demorou uma década para ser contestado, renegociado, absorvido e, para alguns resistentes, vencido na justiça.

A estabilidade econômica, a significativa queda de juros reais na economia, os novos instrumentos de crédito – em especial a Cédula de Produto Rural (CPR) – e a crescente participação do setor privado no financiamento ao setor representam conquistas. Contudo, ainda não são o suficiente para explicar a transformação do setor.

A pesquisa e a incorporação de tecnologias tiveram, e continuam tendo, um papel fundamental. A soja, produto líder, é um exemplo. A incorporação de bioinsumos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cinquenta anos atrás foi decisiva. O avanço continuou com a tecnologia conservacionista do plantio direto desenvolvida por produtores. Hoje, incorpora-se na mesma área, em sequência, um segundo plantio anual, de milho, com novas variedades genéticas desenvolvidas pelo setor privado ampliando a competitividade simultaneamente da soja e do milho. Aumentos de produtividade, anuais e cumulativos, em todas as produções foram essenciais.

Nas proteínas animais, houve os avanços da integração com a indústria, a genética e o manejo, além do destaque no enfrentamento da questão sanitária. De milhares de focos de febre aftosa nos bovinos, caminhamos para a erradicação da doença. Assustados, hoje, pelo aparecimento da gripe aviária, encontramos um setor organizado e preparado para enfrentar o desafio. O avanço em sanidade foi conquistado por meio da liderança do setor privado na essencial



SHUTTERSTOCK

parceria com os setores públicos de defesa agropecuária federal e estaduais.

Sem dúvida, a eficiência e o aumento de produtividade agronômica e zootécnica têm um papel importante. Sempre são destacados, mas estão longe de explicar o sucesso. As reformas estruturais que ocorreram foram essenciais, pois nenhum aumento de produtividade dentro da fazenda iria viabilizar o ocorrido.

No momento em que caminhamos com uma reforma tributária, é importante lembrar a aprovação da Lei Kandir, em setembro de 1996. Foi um chamado para a reforma do agro. Uma decisão do Congresso Nacional ampliou a competitividade do setor, posicionando-o a se tornar o líder mundial que é hoje. Eliminar a exportação de impostos – no caso, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos primários e semielaborados – foi uma enorme conquista.

Ampliamos os mercados externos, mas não por meio de negociações comerciais. O grande acordo assinado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Rodada Uruguai com um acordo agrícola e, posteriormente, a Rodada Doha foram positivos ao dificultarem retrocessos, porém não abriram mercados. Ofereceram certo *status quo* ao ambiente do comércio internacional, em aberturas de mercado e subsídios. O Brasil ampliou muito as exportações, porque os países, em especial asiáticos e no Oriente, passaram a importar muito mais. E o País estava preparado para exportar.

O aumento da produtividade agronômica e zootécnica tem um papel importante, mas está longe de explicar o sucesso. As reformas estruturais que ocorreram foram essenciais.

Cabe destacar que, em março de 1990, foi realizada de maneira unilateral uma importante abertura econômica. A redução das alíquotas do imposto de importação sobre insumos e equipamentos aumentou a competitividade. A redução dessa barreira – infelizmente, a única que ocorreu até hoje – pressionou o setor, forçando a sua competitividade e criando condições para concorrer no exterior. Na mesma data, o fim da administração autárquica do comércio exterior, com a retirada de poderes da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), do BB, foi também relevante, pois sempre existiu um forte viés antiagrícola na pretensa visão de agregar valor impondo custos à produção agropecuária.

Hoje, claudicamos com uma única negociação comercial com a União Europeia (UE), que nunca termina. Realizado em conjunto com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o acordo, certamente, aproximou politicamente os quatro países, mas nunca foi de fato concluído, pois exigiria uma harmonização de políticas macroeconômicas que, individualmente, são muito frágeis.

Engatinhamos no enfrentamento do chamado "custo Brasil". Um importante ponto, porém, foi enfrentado ampliando a competitividade do agro. A reforma portuária realizada em 1990 permitiu a construção de terminais de contêineres e graneleiros privados em portos existentes, reduzindo de maneira significativa os custos desse elo. Outros portos e terminais foram construídos depois. Com certeza, outras reformas estruturais são necessárias.

A "lei áurea" do café e do açúcar foi obtida com a extinção das autarquias Instituto Brasileiro do Café (IBC) e Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O comércio era fortemente estatizado. As usinas de açúcar de São Paulo, extremamente eficientes, eram impedidas de exportar. Ao serem elas libertas, rapidamente o Brasil se tornou líder mundial.

Nunca podem ser esquecidos o arrojo e o empreendedorismo do produtor rural que, migrando do Centro-Sul ao Centro-Oeste e, agora, ao chamado MATOPIBA (região formada por áreas dos estados do Maranhão, de Tocantins, do Piauí e da Bahia), carregou cultura e educação tecnológica. O sucesso, porém, deixou muitos produtores para trás. Como exemplo, o produtor de algodão do Paraná, que foi pressionado a mudar de atividade, enquanto surgia o de Mato Grosso, que nunca tinha plantado algodão. Foi uma mudança difícil, sofrida, necessária e que muitos outros setores da economia não enfrentam, escondendo-se atrás da proteção estatal.

O desafio atual é a questão climática na redução das emissões de carbono. O desmatamento ilegal, hoje a maior fonte de emissões, precisa ser eliminado, e rapidamente. A agricultura de baixo carbono, por meio da qual já temos um bom início, precisa ser acelerada. A recuperação de extensas áreas de pastagem degradada, onde ocorreu o aumento recente de área plantada, representa uma importante oportunidade. É válido lembrar que o setor já ofereceu o etanol – criação da pesquisa nacional extremamente relevante na substituição do combustível fóssil – e que, hoje, amplia a oferta com o biodiesel de soja.

A pressão externa na questão ambiental, em especial vinda da UE, fará com que nos organizemos, o que deveríamos ter realizado de maneira independente. O resultado será o reconhecimento das características positivas – e que continuamos a ampliar – de um setor moderno e preparado para enfrentar o desafio das transformações climáticas.

Reforma tributária, abertura ao exterior, desburocratização, pesquisa e conhecimento e empreendedorismo com parcerias do público com o privado foram a fórmula do agro. Precisamos mais do mesmo em outros setores, e continuidade no agro. ■

*Pecuarista, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e ex-secretário da Secretaria de Produção e Comercialização do então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPC/MAPA)

IDENTIDADE ECOLÓGICA PARA COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL

LEONARDO MUNHOZ*

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a definição de "identidade ecológica" tem o potencial de afetar significativamente a implementação do Código Florestal e os mecanismos de compensação de Reserva Legal (RL). A falta de uma definição objetiva para o conceito de identidade ecológica pode tornar o processo de compensação subjetivo, dificultando a transparência, podendo, paradoxalmente, incentivar o desmatamento legal.

EM 25 de agosto último, o STF iniciou o julgamento dos embargos de declaração da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42, para esclarecer o conceito de "identidade ecológica" e estabelecer se esse critério valerá somente para a Cota de Reserva Ambiental (CRA) ou deverá ser estendido para os demais métodos de compensação previstos no art. 66 do Código Florestal.

Desde 2013, o novo Código Florestal teve a constitucionalidade de vários dos seus dispositivos questionada no STF, por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937, ingressadas pelo Ministério Público Federal (MPF), e da ADC 42. O julgamento foi concluído em 28 de fevereiro de 2018, tendo a Corte decidido pela constitucionalidade da maioria dos dispositivos questionados pelo MPF.

Porém, ao proferir seu voto, o ministro Marco Aurélio abriu uma divergência quanto ao art. 48, § 2º, ao estabelecer a necessidade de interpretação conforme à Constituição Federal para a compensação por meio de CRA, especificando que ela deve ser feita em áreas de mesma identidade ecológica, em vez de mesmo bioma. Essa divergência acabou prevalecendo ao final do julgamento. Entretanto, a possível alteração de interpretação do referido artigo para "identidade ecológica" confronta os parâmetros estabelecidos no art. 66, § 5º e § 6º – mantido como constitucional pelo plenário do STF –, os quais preveem que todos os métodos de compensação de RL para áreas convertidas em agrossilvipastoris até 22 de julho de 2008 utilizem o critério de mesmo bioma.

A compensação de áreas de RL convertidas em agrossilvipastoris até 22 de julho de 2008 é uma alternativa concedida aos produtores que substitui a obrigatoriedade da restauração *in loco* (por exemplo, regeneração e/ou recomposição da vegetação). O enfoque que fundamenta a compensação é permitir que, ao em vez de restaurar – que implica perder áreas produtivas –, os produtores compensem seus passivos em áreas de igual tamanho e em remanescentes dentro do mesmo bioma e estado. Já a possibilidade de compensar em áreas fora do estado exige que a compensação também recaia sobre áreas prioritárias, para a conservação da biodiversidade.

Desta forma, o julgamento do Código Florestal criou insegurança jurídica e obscuridade ao (i) não definir o conceito de identidade ecológica e (ii) não esclarecer qual será o critério de compensação de RL (de mesmo bioma ou de identidade ecológica). Diante da incongruência entre os arts. 48 e 66, que gerou dúvidas e incertezas quanto à decisão, houve a interposição de embargos de declaração por parte da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Partido Progressista (PP), para que o Tribunal esclareça esses questionamentos e sane obscuridades da decisão anterior.

JULGAMENTO DOS EMBARGOS

Até o momento, o ministro relator Luiz Fux proferiu o seu voto defendendo que o conceito de identidade ecológica não é vago, uma vez que se aproximaria de "mesmas características ecológicas", já presentes na Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/06, art. 17) – ou seja, a compensação deve ocorrer sempre na mesma bacia hidrográfica ou na mesma microbacia quando possível. O relator complementa que o critério de compensação de "mesma característica ecológica" também estava presente no Código Florestal revogado de 1965, o qual exigia uma "área de mesma importância ecológica e extensão, pertencente ao mesmo ecossistema e que esteja

localizada na mesma microbacia". Ou seja, para o ministro relator, o conceito de identidade ecológica traz a noção de ecossistemas parecidos, dentro da mesma microbacia hidrográfica. Quanto à incongruência entre os arts. 66 e 48 referente ao critério de compensação de RL a ser utilizado (identidade ecológica ou bioma), o relator decide por estender o critério de identidade ecológica do art. 48 para os demais métodos de compensação de RL do art. 66.

Nesses dois quesitos, o voto do relator foi seguido pelos dos ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Já o ministro Alexandre de Moraes proferiu voto divergente. Para ele, o art. 48 deve ser mantido como constitucional, conservando, portanto, o critério de "mesmo bioma", como presente na sua redação original. Por fim, o restante dos ministros ainda não votou, e o ministro Roberto Barroso pediu vistas, suspendendo, assim, o julgamento desses embargos até o momento.

A despeito de o julgamento não ter se encerrado, essa decisão a ser tomada pelo STF tem o potencial de gerar grandes impactos sobre a implementação do Código Florestal e os mecanismos de compensação de RL.

RETROATIVIDADE DA DECISÃO

Substituir o critério de bioma por identidade ecológica e estendê-lo a todos os demais métodos de compensação representa riscos. Caso o STF declare que a nova interpretação do critério de compensação seja identidade ecológica, o Tribunal ainda deve manifestar-se se haverá retroatividade ou não. Isso é essencial, uma vez que inúmeros termos de compromisso de compensação de RL já foram firmados, especialmente por meio de servidão ambiental (renúncia voluntária do proprietário do uso do solo para preservação ambiental), inclusive com caráter perpétuo (sem data de encerramento). A possível retroatividade dos efeitos dessa decisão geraria uma grave insegurança jurídica para essas transações já realizadas.

IMPLICAÇÕES SOBRE AS NORMAS ESTADUAIS

Todas as dezessete normas estaduais referentes aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) seguem o texto original do Código Florestal atualmente. Portanto, exigem que o mesmo bioma seja o critério para compensação de RL. Essa possível alteração por parte do STF, ao exigir identidade ecológica, deixará todas essas normas estaduais em conflito com a nova regra geral do Código Florestal, causando insegurança jurídica em nível estadual, e em diversos entes federativos, uma vez que esses estados estão compensando RL com áreas de mesmo bioma há anos.

Com isso, também haverá a necessidade de que esses estados atualizem suas normas com outros atos normativos, levando, assim, a mais atrasos na sofrida implementação do Código Florestal, tão necessária tanto para a agenda doméstica, como para a internacional no escopo dos compromissos do Brasil no Acordo de Paris.

AUMENTO DA INCERTEZA E DO DESMATAMENTO LEGAL

Hoje, a avalição da área para compensação de RL pelo critério de mesmo bioma já é amplamente realizada, sendo um método objetivo, de fácil aplicação e, portanto, com baixos custos de transação. Com esse critério determinado, os valores de mercado podem ser mensurados e precificados de acordo com os seguintes parâmetros: (i) extensão da área de vegetação nativa; (ii) oferta e demanda (*i.e.*, superávit e déficit de RL); e (iii) bioma no qual os imóveis estão situados. Nesse sentido, esse mercado florestal tem o potencial de gerar R$ 40 bilhões, com estimativa de uma área de 8,6 milhões de hectares com excedente de vegetação nativa a ser ofertada para compensação florestal de produtores em déficit de RL, segundo Chiodi (2018).

Entretanto, a partir do momento em que o STF decide pela substituição desse critério pelo de identidade ecológica, somente indicando que esse conceito teria semelhanças com "áreas de mesmo ecossistema" e de "mesma bacia hidrográfica", não se estabelece uma definição objetiva do termo. A falta de um conceito objetivo de identidade ecológica pode tornar o procedimento de compensação no órgão ambiental subjetivo, dificultando a previsibilidade, a precificação e a mensuração dos títulos. Com isso, os custos de transação podem ser elevados, bem como a falta de transparência do critério e a sua interpretação dentro de cada órgão ambiental.

Como consequência, poderá não ser mais vantajoso que o produtor com excedente de vegetação a mantenha preservada e oferte-a para a compensação. Pode ser mais eficiente converter essas áreas excedentes de florestas em produção agropecuária, requerendo a sua supressão legal, uma vez que isso é uma prerrogativa ao já cumprir a obrigação do Código Florestal de manter Áreas de Preservação Permanente (APPs) e RL na sua propriedade.

Em outras palavras, o STF, com o propósito de tornar a legislação ambiental mais restritiva, com o critério mais rígido de identidade ecológica para a compensação ambiental, pode ter como efeito colateral o aumento dos custos de transação e de incertezas, tornando mais eficiente a prática do desmatamento legal. ■

*Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

JACTO NEXT É A ÁREA DA JACTO FOCADA EM AGRICULTURA DIGITAL E SERVIÇOS.

A **Jacto** criou uma divisão especializada em levar ao Agricultor os benefícios desta nova era. Um grupo multidisciplinar, formado por agrônomos, especialistas em Agricultura de Precisão, Engenheiros mecânicos, Engenheiros de Softwares, Cientistas de Dados e especialistas em Big Data trabalham para levar soluções práticas e eficientes que tragam conectividade e gestão online das operações. O produtor passa a saber tudo o que acontece em suas lavouras em tempo real, de forma remota.

Com a **Agricultura Digital** é possível monitorar a lavoura, auxiliando o agricultor a ter informações em tempo real, para tomar melhores decisões em menor tempo, permitindo aumentar a eficiência operacional com mais sustentabilidade.

A **Jacto Next** oferece serviços para "Digitalizar o campo com conectividade, simplicidade e integração", para dar ao agricultor os benefícios de uma agricultura cada vez mais preditiva e assertiva.

Conheça nossas tecnologias
para planejar com eficiência
e elevar sua eficiência operacional.


EKOS | PLATAFORMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES
PLANTIO
COLHEITA
PULVERIZAÇÃO
VEÍCULOS AUTÔNOMOS
ARMADILHAS INTELIGENTES
TRATORES
EKOS
Digitalização das operações para melhor tomada de decisão
MONITORAMENTO
DRONE
ALERTAS
PREPARO DE SOLO
MAPAS
RELATÓRIOS
INDICADORES
jacto
next
2dcb.com.br

GESTÃO DE RISCO DE RESULTADOS

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

O contexto ideal para o produtor seria sempre conseguir vender a produção pelo maior preço, comprar insumos pelo menor preço e buscar a maior produtividade. Mas esperar pelo momento de melhor preço não se mostra como uma estratégia de sucesso, dada a imprevisibilidade do mercado. Nesse sentido, este artigo discute aspectos relacionados à estratégia de gestão de risco de resultados, utilizando como exemplo a cultura de milho.

A GESTÃO de risco de resultados requer uma estratégia robusta! Não basta conhecer derivativos, finanças, técnicas agronômicas e outros conteúdos; é preciso construir uma estratégia a partir de um propósito.

O propósito mais primário e racional do empresário são a perpetuação da atividade e o crescimento da renda. Com essa motivação, o produtor rural deve perseguir o conceito de equilíbrio entre lucro e risco.

Porém, a complexidade da atividade agropecuária torna tudo mais difícil. No primeiro boxe, é possível ver algumas características que, independentemente do tamanho do produtor, tornam a atividade desafiadora.

Para o produtor, o ideal seria vender a produção pelo maior preço, comprar insumos pelo menor preço e buscar a maior produtividade. Mas a espera pelo melhor preço, muitas vezes, não é uma estratégia de sucesso, dada a imprevisibilidade do mercado. Além disso, existe um limite de produtividade além do qual, ao aumentar a quantidade de insumos, a produtividade cresce menos do que proporcionalmente.

No momento da decisão do que vai plantar ou criar, o produtor defronta-se com diversos riscos, que precisam se equilibrar com as receitas para que o resultado final seja positivo.

O CENÁRIO-BASE DO RESULTADO

Imagine um produtor de milho 2ª safra que precise comprar sementes, agroquímicos, agrobiológicos, fertilizantes e nutrientes para iniciar o plantio em fevereiro e colher em junho do ano seguinte. Nesse momento, é importante decidir qual a tecnologia que se pretende implantar.

A definição da tecnologia exige o cálculo dos custos de produção (instrumento essencial de gestão) e o cruzamento com os preços futuros, para se simular os resultados esperados e traçar o cenário-base do resultado esperado com a produção.

Como exemplo, a tabela mostra os resultados de 1 hectare de milho com adoção de duas tecnologias, acrescidos dos custos de financiamento, do *hedge* e do seguro climático. Note que a margem está apertada (o lucro esperado é de R$ 585,50 ou R$ 641,90 por hectare). Assim, qualquer variável que não se confirme pode levar a planilha para o vermelho.

MÉDIO-NORTE DE MATO GROSSO: SIMULAÇÃO DE RESULTADOS PARA A CULTURA DE MILHO

Tecnologia empregada		
Produtividade (sacas por hectare)*	**112,7**	**110,0**
Custeio + juros + *hedge* + seguro		
Custeio (R$ por hectare)*	3.287,80	3.146,50
Juros bancários (R$ por hectare)**	328,80	314,60
Hedge* do risco de preço (R$ por hectare)*	169,00	165,00
Seguro contra risco climático (R$ por hectare)**	135,20	132,00
Total (R$ por hectare)	**3.920,80**	**3.758,10**
Receita bruta		
Preço futuro de venda (R$ por saca)**	40,00	40,00
Total (R$ por hectare)	**4.506,30**	**4.400,00**
Resultado		
Lucro/prejuízo (R$ por hectare)	**585,50**	**641,90**

*IMEA (julho de 2023); **Dados de mercado
Fonte: IMEA (2023); elaboração pelo autor

Veja que o exemplo da tabela ilustra que a produção com o uso de tecnologia menor traz um resultado melhor do que a com maior tecnologia, ou seja, nem sempre a maior produtividade gera o melhor resultado ou o maior lucro.

Com o cenário-base na mão, iniciam-se as alternativas para maximização do resultado. Tenha em mente que a planilha de cálculo de resultados é um instrumento vivo que vai se alterando conforme as decisões vão sendo tomadas. A "arte" do trabalho do gestor é não piorar o cenário-base!

O momento de aquisição de insumos pode determinar um custo mais alto ou mais baixo. E, mais uma vez, a planilha de simulação de resultados é um dos únicos instrumentos para essa avaliação.

A compra dos insumos pode ser realizada nas seguintes modalidades: *barter*, compra à vista ou compra a prazo; com recursos próprios ou oriundos do mercado bancário ou de capitais. Para auxiliar na decisão, a planilha deve permitir a simulação dos resultados em relação ao *mix* utilizado de aquisição de insumos.

No momento de fechamento dos negócios de insumos, já se deve avaliar a necessidade de fixações de preço do milho para o futuro. Nesse momento, as exposições de risco de preço intensificam-se, pois os custos são fixados e os preços de venda não podem ficar "descasados".

No caso de uma operação de *barter* com liquidação em milho, como os insumos serão pagos com a entrega de sacas do cereal, não existe um risco relacionado à queda do preço do milho. Assim, a exposição ao risco do preço do insumo está travada.

Por outro lado, se a operação for liquidada financeiramente por um valor fixo, caso o preço do milho caia, será necessário a venda de um volume maior do cereal para pagamento do saldo devedor.

Se o produtor se preocupar em fixar o preço de compra de sementes, defensivos e fertilizantes, será o suficiente para gerir o risco de aproximadamente 60% dos custos de produção.

"A 'arte' do trabalho do gestor é não piorar o cenário-base!"

ALTERNATIVAS DE GESTÃO DE RISCO DE PREÇOS

A primeira prática que se deve adotar para a gestão de risco de preços do milho é incorporar a despesa do *hedge* (ou do seguro de preço) aos custos de produção, assim como já acontece com a despesa do prêmio do seguro climático (como na tabela).

Outra decisão que se deve tomar é sobre a estratégia de fixação de preços. Primeiramente, deve-se comparar ou arbitrar (no jargão de mercado) qual é a forma mais eficiente de fixação do preço. Além do custo e da facilidade, deve-se considerar: qual será a bolsa de referência; se são gerados relatórios para acompanhamento da posição; a facilidade de acesso ao profissional responsável pela execução do *hedge* etc.

As alternativas de fixação do preço podem dividir-se em: travar o preço junto a *trading*, cooperativa de produção ou cerealista; realizar a fixação em uma instituição financeira (banco, fundo de investimento ou cooperativa de crédito); ou realizar operação de *hedge* diretamente na bolsa.

CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

- **Estrutura de mercado:** o setor de produção de *commodities* agropecuárias equipara-se ao conceito de "concorrência perfeita". Por ser um setor não concentrado (para a maioria dos produtos), a dinâmica entre os fornecedores de insumos e os compradores de mercadorias é o que forma os respectivos preços. Ou seja, o produtor geralmente é tomador de preço, não determinando os preços de venda e de compra.
- **Dependência climática:** os efeitos da instabilidade climática são classificados como riscos catastróficos pelo setor segurador. Essa característica é explicada pela incerteza de ocorrência, abrangência e impacto sobre a produção.
- **Volatilidade de preços das *commodities*:** a incerteza na oferta e na demanda regionais e mundiais de mercadorias gera volatilidade nos preços, o que pode não acontecer concomitantemente aos preços de outros bens e produtos.
- **Insumos importados:** ainda que preços de agroquímicos e fertilizantes não sejam muito voláteis, a dependência internacional de insumos agrega a volatilidade cambial (dólar) à formação de seus preços, o que, em última análise, é repassado ao produtor.
- **Taxas de juros:** por ser um setor dependente de crédito, quando a taxa de juros sobe, o setor perde. Essa dependência pode ser explicada pela sazonalidade entre despesas e receitas, pelo longo prazo de maturação dos empreendimentos, pela intensificação da utilização de máquinas e equipamentos etc.

ENTENDENDO O PREÇO DA BOLSA

Antes de calcular o resultado da atividade ou definir o instrumento de fixação de preços, é importante conhecer qual é o deságio da sua região em relação ao preço da bolsa. Isso é importante para saber que, embora a trava seja efetuada na bolsa, o que importa é o preço no local de venda do seu milho. Esse conceito é conhecido como "base" ou "diferencial"!

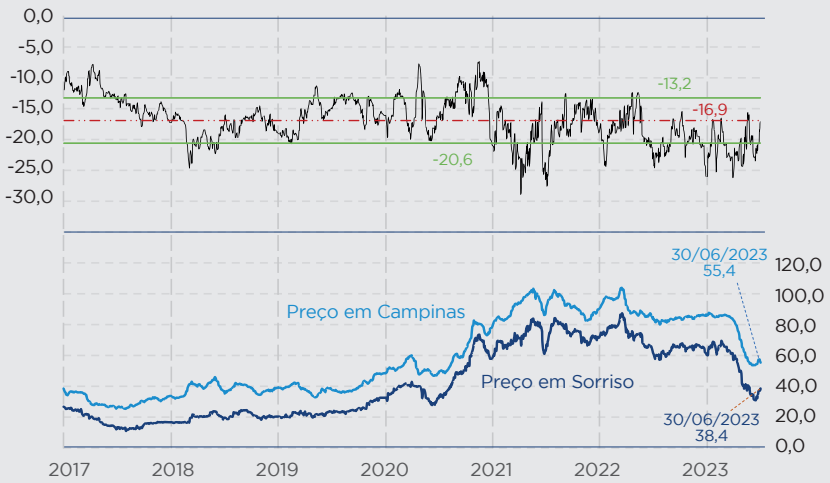
O gráfico exibe um histórico dos preços à vista de milho em Campinas-SP (preço de referência dos contratos futuros e opções de milho na B3) e Sorriso-MT.

Na porção superior do gráfico, observa-se o resultado da diferença entre os dois preços: a média no período (em vermelho) e os limites inferior e superior, determinados por 1 desvio-padrão para baixo e para cima.

Veja que o preço de Sorriso, em média, encontra-se a -R$ 16,9 por saca em relação ao preço de Campinas. Porém, recomenda-se considerar um valor menor do que a média por prudência, uma vez que os diferenciais de milho oscilam muito.

Deste modo, quando o produtor de Sorriso faz um *hedge* utilizando a B3 como referência (preço de Campinas-SP), espera-se que o preço do milho em Sorriso esteja segurado a um preço equivalente a -R$ 20,6 por saca em relação ao preço de Campinas-SP.

DIFERENCIAIS ENTRE CAMPINAS-SP E SORRISO-MT E SEUS RESPECTIVOS PREÇOS (R$ POR SACA)



Fonte: Cepea/Esalq/USP; elaboração pelo autor

Um dos instrumentos de fixação muito utilizados é a fixação do preço junto a *trading*, cooperativa de produção ou cerealista – operação conhecida como "contrato a termo". Porém, caso o preço no momento da entrega do produto esteja mais alto, o produtor terá de liquidar pelo preço anteriormente combinado. Por outro lado, se o preço estiver mais baixo, o comprador terá de pagar o preço acordado inicialmente.

O melhor instrumento derivativo para agentes da economia real é o mercado de opções (cujo custo foi considerado na tabela), quando o *hedger* compra (antecipadamente) o direito de se posicionar num determinado nível de preço em uma data futura. Se o preço for melhor, ele ganha a diferença.

Diante disso, o produtor deve procurar, primeiramente, comprar uma opção de venda (PUT) no balcão (junto a *tradings*, cooperativas de crédito, bancos etc.) ou em bolsa (por meio de um corretor credenciado). O valor pago pelo produtor é chamado de "prêmio". Nessa operação, caso o preço caia, ele fica protegido, mas, se o mercado subir, ele ganha com a alta (perdendo somente o prêmio).

O prêmio da opção deve fazer parte da estrutura de custos de produção individual, assim como acontece com o prêmio do seguro.

Caso essa operação seja cara (alto valor do prêmio), outra opção seria o produtor fixar o preço por meio de duas operações: (i) vender a sua produção via contrato a termo, para entrega futura com preço fixo; e (ii) comprar uma opção de compra (CALL) por um nível de preço de liquidação mais alto do que o mercado está indicando para a data futura. Nessa operação, ele se protege da queda do preço (pelo contrato a termo) e, se o preço subir (acima do nível de preço escolhido), exerce a opção e ganha a diferença entre o preço escolhido e o preço de mercado no momento. O efeito é quase o mesmo em relação ao exemplo anterior.

Por fim, existem, além das anteriores, outras operações que podem ser levadas em consideração na estratégia empresarial. Mas não se esqueça de que o travamento dos preços sem observar os cenários de resultados pode não produzir o efeito desejado, tal como travar um prejuízo. ■

*Consultor em derivativos e crédito no agronegócio, membro de Conselhos de Administração de empresas e professor de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Getulio Vargas (FGV)



SHUTTERSTOCK

SETOR SUCROENERGÉTICO: MONITOR DA SAFRA 2023/24

LUCIANO RODRIGUES

Diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), coordenador acadêmico do MBA em Agronegócios da Fundação Getulio Vargas (FGV) e pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV)

JOSÉ GUILHERME BELON

Especialista em Economia da Unica

LUCAS RODRIGUES

Especialista em Economia da Unica e administrador de empresas

A produção final da safra 2023/24 será superior àquela registrada no último ciclo agrícola. No entanto, a intensidade desse crescimento dependerá da capacidade das usinas de operacionalizarem a colheita nos próximos meses. Graças à valorização do açúcar, que compensou a queda nos preços do etanol comercializado internamente como combustível, o faturamento das usinas cresceu 14,6% por tonelada de cana até o momento.

A DESPEITO da maior receita por tonelada de cana-de-açúcar, os dois últimos anos foram especialmente desafiadores para o setor sucroenergético. No ciclo 2021/22, a seca promoveu uma redução drástica na disponibilidade de cana-de-açúcar e a moagem no Centro-Sul registrou uma retração superior a 80 milhões de toneladas, passando de 605,5 milhões de toneladas, na safra 2020/21, para apenas 524,1 milhões de toneladas, no ano-safra seguinte.

No ciclo 2022/23, a surpresa ficou reservada para os mercados de etanol e de créditos de descarbonização (CBios). No caso do biocombustível, ocorreram várias alterações nos tributos sobre os combustíveis, com perda de competitividade do etanol hidratado diante da desoneração desproporcional de impostos cobrados sobre a gasolina. Em relação aos CBios, a mudança não prevista aconteceu com a alteração das datas para cumprimento das metas de descarbonização da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) – a postergação dos prazos para a compra de CBios pelos distribuidores impactou severamente o preço do ativo registrado na bolsa.

Nesse contexto, as expectativas no início da atual safra (2023/24) indicavam uma nova recuperação na produtividade da lavoura, o restabelecimento da estrutura tributária sobre os combustíveis leves e um mercado de açúcar mais aquecido.

MERCADO E PREÇOS OBSERVADOS

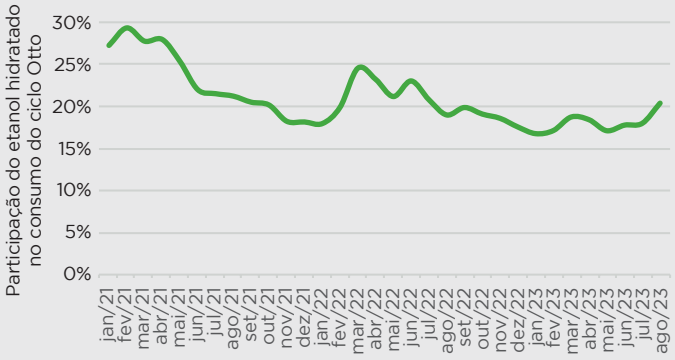
Pelo lado da demanda, uma série de fatores causou solavancos em relação à expectativa inicial, especialmente no caso do etanol.

Os tributos federais, que haviam sido suprimidos para o etanol e a gasolina no segundo semestre de 2022, tinham previsão de retorno a partir de janeiro deste ano, diante dos dispositivos instituídos pelas Leis Complementares nº 192/22 e nº 194/22 e pela Emenda Constitucional nº 123/22.

Apesar disso, o ano trouxe uma nova surpresa com a aprovação da Medida Provisória (MP) nº 11.157, de 1º de janeiro de 2023, que adiou o restabelecimento dos tributos federais sobre os combustíveis leves, prejudicando a competitividade do hidratado. A MP nº 1.163/23, por sua vez, foi editada no final de fevereiro, prevendo o restabelecimento apenas parcial desses tributos até o final de junho. Com isso, o retorno dos impostos previsto para o início de janeiro aconteceu de maneira integral apenas a partir de 1º de julho último.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO ENERGÉTICA DO ETANOL HIDRATADO NO CONSUMO TOTAL DE COMBUSTÍVEIS LEVES (GASOLINA, ETANOL ANIDRO E ETANOL HIDRATADO)

No acumulado de janeiro a julho de 2023, houve uma queda de 10,2% no consumo de etanol em comparação ao mesmo período de 2022.



Fonte: ANP

Essa condição, associada ao anúncio de mudança da precificação da gasolina no mercado interno e às constantes alterações relacionadas com o recolhimento dos tributos sobre o derivado, trouxe insegurança e prejudicou a competitividade do etanol hidratado em vários momentos no primeiro semestre deste ano.

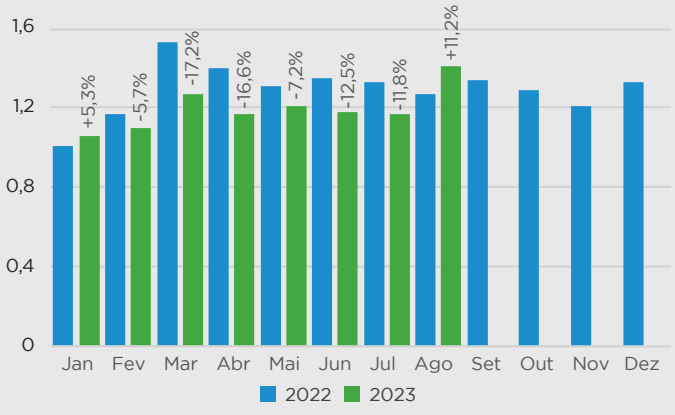
Como resultado desse cenário, a participação do etanol hidratado na matriz de combustíveis nos seis meses iniciais do ano não apresentou uma melhora significativa em relação às condições observadas em 2022, que registrou a pior participação do etanol hidratado na matriz de combustíveis leves nos últimos cinco anos (*vide* Gráfico 1).

Nesse contexto, o consumo de etanol hidratado acumulado de janeiro a julho deste ano registrou uma queda de 10,2% em comparação ao volume observado no último ano. Vale ressaltar que, nesse mesmo período, a demanda total de combustíveis leves (ou combustíveis do ciclo Otto) seguiu em sentido contrário, registrando um crescimento de 10,0%.

Para os próximos meses, é necessário que esse quadro seja revertido. Primeiro porque, como será visto posteriormente, haverá uma maior produção de etanol na safra 2023/24. Além disso, nos últimos dois meses, os preços do hidratado já começaram a se mostrar economicamente competitivos em relação aos da gasolina em vários estados da Federação. Ademais, em 15 de agosto último, a Petrobras anunciou um reajuste no preço da gasolina no mercado interno, reduzindo a defasagem existente entre o preço doméstico e as cotações internacionais internalizadas do produto.

GRÁFICO 2 – BRASIL: CONSUMO MENSAL DE ETANOL HIDRATADO (BILHÕES DE LITROS)

Apenas o mês de janeiro de 2023 apresentou um consumo superior em relação a 2022. O mês de março registou a maior queda interanual (-17,2%).



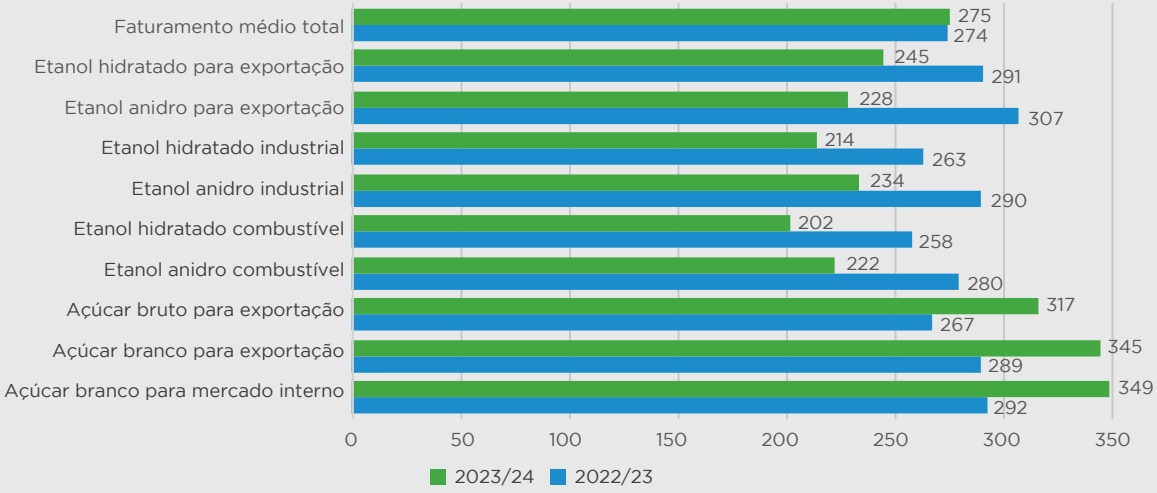
Nota: os rótulos de dados expõem a variação do consumo mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior
Fonte: ANP

A saber, dados de vendas de etanol hidratado pelas usinas do Centro-Sul em agosto último já registraram comercialização de 1,8 bilhão de litros – um crescimento de 20,6% em comparação a 2022. Portanto, no primeiro elo da cadeia, as vendas de etanol pelos produtores já alteraram a tendência de queda observada até julho, registrando um aumento considerável no volume entregue pelos produtores em agosto.

Informações preliminares de vendas de etanol pelos distribuidores também já reforçam essa mudança de direção. Dados publicados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontam para um crescimento de 11,2% nas vendas dos distribuidores em agosto deste ano ante o mesmo mês do ano passado.

GRÁFICO 3 – ESTADO DE SÃO PAULO: ESTIMATIVA DE FATURAMENTO MÉDIO DAS USINAS NOS PRIMEIROS CINCO MESES DAS SAFRAS 2022/23 E 2023/24 (R$ POR TONELADA DE CANA-DE-AÇÚCAR)

É possível observar a retração nos preços do etanol anidro e do etanol hidratado comercializados pelos produtores para uso como combustível nesses primeiros cinco meses da safra 2023/24. A valorização do açúcar, por outro lado, compensou essa queda.

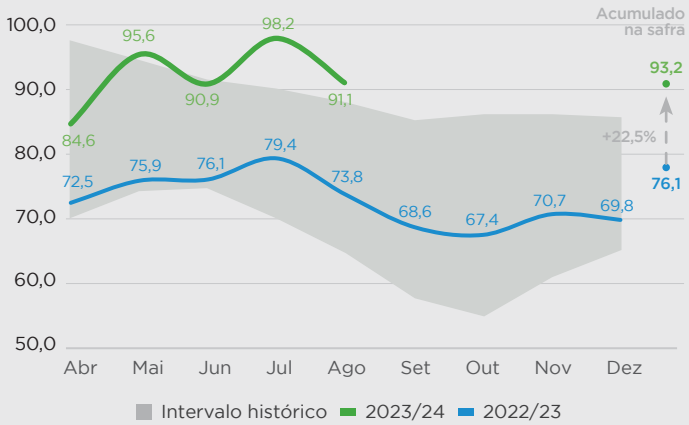


Fonte: estimativa elaborada a partir de dados da Unica, do Cepea/Esalq/USP e do CONSECANA-SP

No mercado de açúcar, as condições observadas neste ano seguem em sentido contrário àquelas vigentes para o etanol até o momento. O déficit mundial do produto (produção inferior ao consumo) e os preços convidativos no mercado internacional já se refletem nas exportações brasileiras, que atingiram 17,8 milhões de toneladas até agosto último, com um crescimento de 14,8% no comparativo ao mesmo período do ano anterior. Essa quantidade foi embarcada com um preço médio, em dólar, 22,3% superior àquele verificado em 2022.

GRÁFICO 4 – CENTRO-SUL: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA NA LAVOURA CANAVIEIRA NA SAFRA 2023/24 (TONELADAS DE CANA-DE-AÇÚCAR POR HECTARE – TCH)

A produtividade média da cana colhida nos cinco primeiros meses da safra atual (abril a agosto) foi de 93,2 toneladas por hectare, contra apenas 76,1 toneladas no mesmo período do ciclo anterior.



Fonte: CTC; elaboração: Unica

Uma comparação dos preços médios de referência recebidos pelos produtores paulistas permite uma visão geral sobre a receita da indústria nessa safra diante dessa condição díspar de mercado. Com efeito, apresenta-se, no Gráfico 3, o faturamento médio estimado para a safra 2023/24 para cada um dos principais mercados (interno e de exportação) e produtos da cadeia sucroenergética (etanol e açúcar) no estado de São Paulo.

Uma rápida análise dos dados evidencia a retração nos preços do etanol anidro e do etanol hidratado comercializados pelos produtores para uso como combustível nesses primeiros cinco meses da safra 2023/24. A valorização do açúcar, por outro lado, compensou essa queda e permitiu um avanço na remuneração média obtida pelos produtores.

Cabe destacar, contudo, que essa condição média pode variar muito de usina para usina a depender da proporção de etanol e açúcar que é fabricada por cada empresa. Notadamente, a pior condição nesse ano-safra está sendo registrada nas empresas que direcionam a maior parte da matéria-prima para a fabricação de etanol vendido no mercado interno como combustível.

"...a pior condição nesse ano-safra está sendo registrada nas empresas que direcionam a maior parte da matéria-prima para a fabricação de etanol vendido no mercado interno como combustível."

OFERTA E PRODUÇÃO

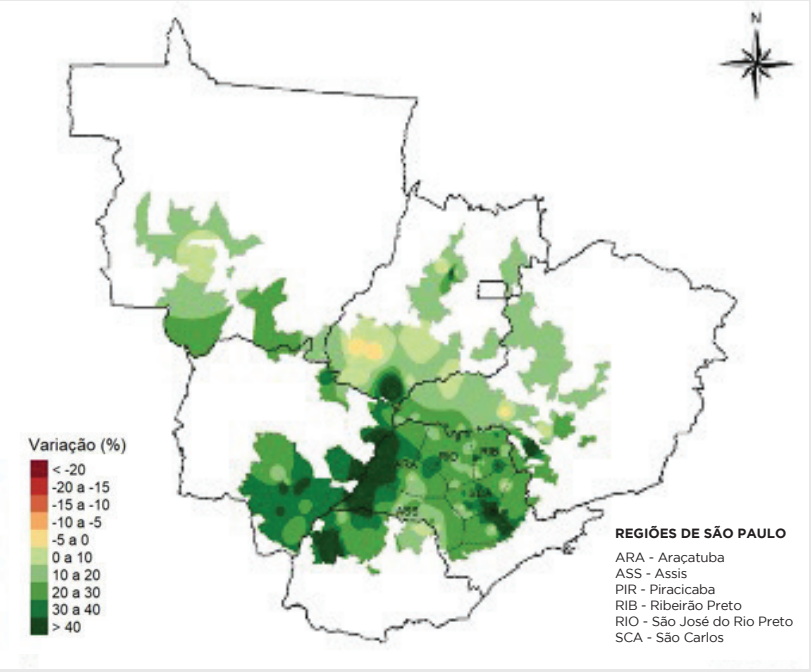
Na área agrícola, os dados registrados até o final de julho surpreendem. A produtividade da lavoura colhida nos cinco primeiros meses do atual ciclo (abril a agosto) alcançou 93,2 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, contra apenas 76,1 toneladas verificadas no mesmo período do ano anterior (*vide* Gráfico 4). Trata-se de um significativo aumento de 22,5% na média do Centro-Sul, com um crescimento sistêmico em praticamente todas as regiões produtoras (*vide* mapa).

Esse aumento no rendimento da lavoura colhida até agosto é explicado, especialmente, por dois fatores: (i) as condições climáticas favoráveis para o crescimento da planta; e (ii) a menor idade do canavial colhido.

Em relação às condições climáticas, houve uma antecipação das chuvas de primavera no último ano e, com exceção do índice registrado em novembro de 2022, um nível de precipitação pluviométrica acima do padrão histórico em todos os meses de verão (*vide* Gráfico 5). Esse regime de chuvas, associado

CENTRO-SUL: CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA REGISTRADA DE ABRIL A AGOSTO DA SAFRA 2023/24 EM COMPARAÇÃO AO ÍNDICE OBSERVADO NO MESMO PERÍODO DO CICLO ANTERIOR

Houve um aumento de 22,5% na produtividade média da região Centro-Sul, com um crescimento sistêmico em praticamente todas as regiões.



Fonte: elaboração a partir de dados do CTC e da Unica

SHUTTERSTOCK

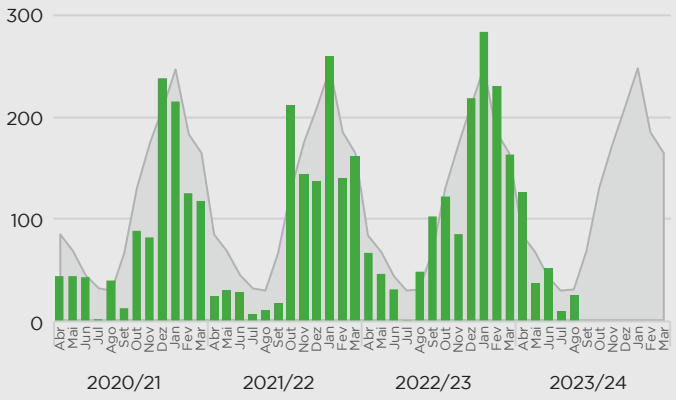


às condições de radiação e temperatura no período, produziu um efeito surpreendente no desenvolvimento da cana-de-açúcar.

Além do aspecto climático, notou-se, também, um aumento na proporção de área de cana-de-açúcar de primeiro corte processada nos cinco meses iniciais do ciclo 2023/24 (a lavoura mais jovem é mais produtiva e eleva o rendimento médio registrado). A saber, de abril a agosto da atual safra, a participação da cana de primeiro corte atingiu cerca de 29% da área colhida, o maior índice já observado para esse período nos últimos vinte anos (*vide* Gráfico 6).

GRÁFICO 5 – CENTRO-SUL: PRECIPITAÇÃO MENSAL NA REGIÃO CANAVIEIRA (MILÍMETROS)

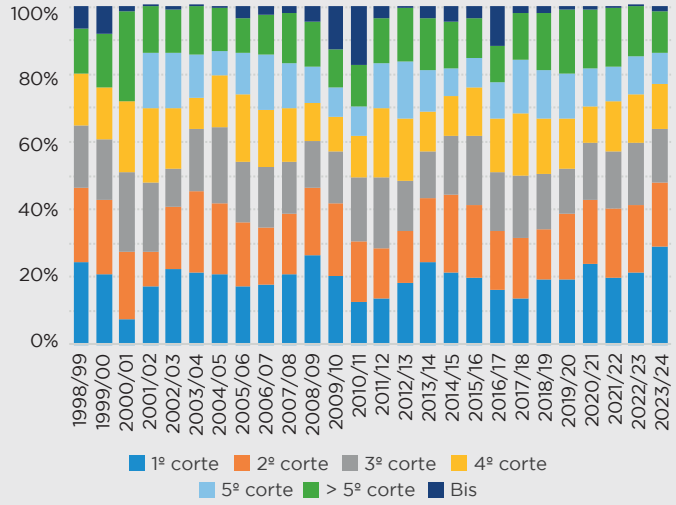
Houve uma antecipação das chuvas de primavera em 2022 e um nível de precipitação pluviométrica acima do padrão histórico em todos os meses de verão.



Fonte: elaboração a partir de dados do CTC e da Unica

GRÁFICO 6 – PROPORÇÃO DA ÁREA COLHIDA DE ABRIL A AGOSTO SEGUNDO A IDADE DO CANAVIAL

A participação da cana de primeiro corte (cana-planta) atingiu 29% da área colhida, o maior índice já observado para esse período nos últimos vinte anos.



Nota: bis é a cana-de-açúcar que não pode ser colhida em um determinado ano e, portanto, é colhida apenas no ano seguinte; essa cana passa por dois ciclos de desenvolvimento (meses chuvosos de outubro a março) e, usualmente, apresenta um maior teor de fibra e um menor potencial de produzir álcool e açúcar por tonelada
Fonte: elaboração a partir de dados do CTC e da Unica

Ainda na área agrícola, o desenvolvimento surpreendente da lavoura foi acompanhado por uma condição adequada para a operacionalização da colheita a partir de maio, quando o nível de chuvas se reduziu. Nos primeiros cinco meses da atual safra, as unidades do Centro-Sul conseguiram aproveitar 86% do tempo disponível para moagem, o que é considerado excepcional para o período. Em julho, por exemplo, as empresas processaram 53 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na segunda metade do mês, registrando um recorde histórico de esmagamento em uma única quinzena.

A maior produtividade e a condição adequada para colheita refletem-se nos dados acumulados de moagem da safra 2023/24 até 1º de setembro último: a quantidade de cana-de-açúcar processada nesses cinco meses alcançou 406,65 milhões de toneladas, registrando um avanço de 10,90% em comparação ao valor verificado em igual período do ciclo 2022/23.

Além da maior produção a partir de cana-de-açúcar, há de se destacar, ainda, a trajetória notável de crescimento da produção de etanol de milho 2ª safra neste ano. O biocombustível produzido a partir do grão já representa cerca de 15% da oferta total de etanol na região Centro-Sul, totalizando uma produção próxima de 500 milhões de litros por mês. Mantido esse ritmo, a expectativa é de que a oferta de etanol de milho ultrapasse 6,0 bilhões de litros ao final do atual ciclo agrícola, representando quase 20% do total produzido no Centro-Sul.

De fato, pelo lado da oferta, os primeiros cinco meses da safra 2023/24 foram bastante positivos, com maior moagem, maior produção de açúcar (crescimento de 20,0%, totalizando 26,15 milhões de toneladas) e maior produção de etanol (aumento de 6,3%, contabilizando 19,10 bilhões de litros).

Nesse contexto, não restam dúvidas de que a produção final da safra 2023/24 será superior àquela registrada no último ciclo agrícola. A intensidade desse crescimento, entretanto, vai depender da capacidade de operacionalização da colheita pelas unidades produtoras nos próximos meses.

A expectativa é de que uma parte da lavoura não possa ser processada até março de 2024, quando termina oficialmente o ciclo agrícola. Esse cenário pode ser especialmente impactado pela condição climática no último trimestre deste ano e no primeiro trimestre do próximo, com um aumento da probabilidade de retorno das chuvas e a consequente impossibilidade de manter o atual ritmo de colheita. ■

SHUTTERSTOCK



NUTRIÇÃO INTELIGENTE *VERSUS* PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

abisolo

Clorialdo Roberto Levrero
Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo)

A NECESSIDADE de se produzir alimentos fazendo uso dos recursos naturais disponíveis, para suprir as necessidades nutricionais não só da humanidade, mas também de diversos seres vivos, como animais e plantas, sem atrapalhar o fornecimento dos recursos naturais para as futuras gerações, é, sem dúvida, o maior desafio do próximo século. Esse tema sempre esteve presente nas pautas governamentais mundiais.

Nos últimos três anos, tal temática ganhou um peso maior, fomentado pela criação de regras restritivas de importação em alguns países que não praticam políticas sérias de preservação ambiental. Num primeiro momento, essas regras podem ser um grande desafio para os exportadores de alimentos, como o é o caso do Brasil, se a nossa agropecuária e as indústrias de insumos não cumprirem as regras exigidas.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS MAIS SUSTENTÁVEL ABRE UMA GRANDE OPORTUNIDADE PARA O BRASIL

Hoje, nós já temos a agricultura mais sustentável do mundo, com as melhores práticas agrícolas, como o plantio direto e a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), além da utilização de insumos biológicos em uma escala muito maior do que em qualquer outro país.

As indústrias de tecnologia em nutrição vegetal, representadas pela Abisolo, dispõem de uma extensa gama de soluções – desenvolvida a partir do conhecimento da fisiologia das plantas, dos diversos tipos de solo e do ambiente onde está inserida a produção agropecuária e apoiada no conceito de produtividade inteligente – e contribuem cada vez mais para melhores resultados de qualidade e produtividade.

Os chamados "fertilizantes especiais" são compostos de várias categorias de produtos: fertilizantes minerais especiais, fertilizantes orgânicos, fertilizantes organominerais e biofertilizantes. Podem ser líquidos ou sólidos e adequados

aos diversos modos de aplicação – via folha, via solo, via sementes, via fertirrigação e via hidroponia.

A diversidade de soluções dessa indústria decorre de investimento constante em pesquisa, desenvolvimento e inovação, que, nos últimos seis anos, foram equivalentes, em média, a 4,17% do faturamento. Os resultados podem ser medidos pelos negócios, que, nos últimos dez anos, apresentaram um crescimento médio de 28% a.a., chegando a 2022 com um faturamento superior a R$ 22,0 bilhões – uma elevação de 33,2% ante os R$ 16,6 bilhões obtidos em 2021.

Os produtos das indústrias de fertilizantes especiais estão entre os mais sustentáveis. Seu relevante papel em relação aos processos relacionados com a economia circular agrega valor aos resíduos sólidos orgânicos, o que resulta em produtos de grande eficiência para a construção e para a recuperação da fertilidade dos solos.

A inovação tecnológica, aliada às boas práticas de cultivo, tem proporcionado ganhos de produtividade que irão aumentar a competitividade do agro brasileiro e reduzir o impacto ambiental da produção agropecuária. Segundo dados da consultoria Céleres Ambiental em uma pesquisa realizada junto a produtores rurais na safra 2021/22, os agricultores que utilizaram fertilizantes especiais *premium* obtiveram, em média, ganhos de 6 sacas na soja e 11 sacas no milho em relação aos agricultores que fizeram tratamento convencional.

O Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) tem como objetivo diminuir a nossa alta dependência externa de fertilizantes. Uma das suas principais diretrizes nesse sentido é fortalecer as chamadas "cadeias emergentes", que contemplam, entre outras tecnologias, os fertilizantes orgânicos e organominerais, os condicionadores de solo, os biofertilizantes e os substratos para plantas. O fortalecimento dessa cadeia produtiva é fundamental para diminuir a dependência externa por fertilizantes, garantindo a segurança alimentar e assegurando a competitividade e a renda do produtor. As cadeias emergentes podem suprir (a médio e longo prazos) mais de 25% da demanda por fertilizantes. Tudo isso com tecnologia nacional, gerando valor e mais riqueza para o agronegócio e a sociedade brasileira.

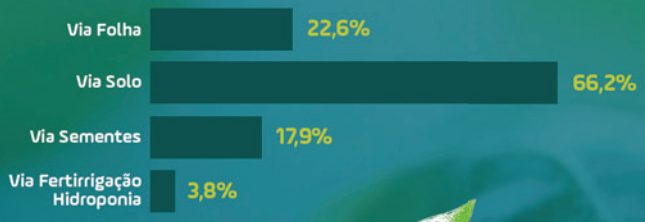


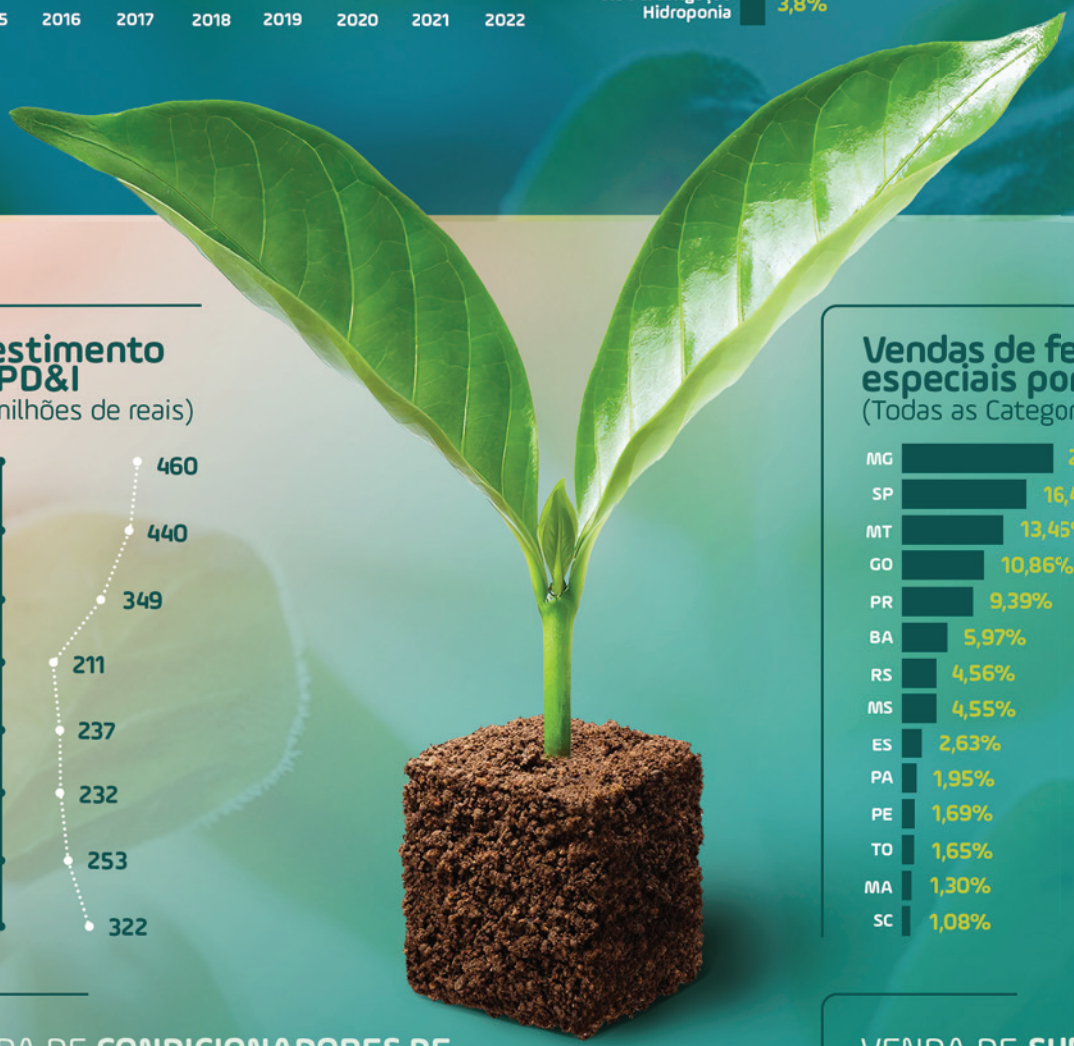
SHUTTERSTOCK

O MERCADO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES ESPECIAIS, CONDICIONADORES DE SOLO DE BASE ORGÂNICA E SUBSTRATOS PARA PLANTAS EM 2022

Vendas de Fertilizantes Especiais
(em bilhões de reais)







Investimento em PD&I
(em milhões de reais)

Vendas de fertilizantes especiais por estado
(Todas as Categorias)

VENDA DE **CONDICIONADORES DE SOLO DE BASE ORGÂNICA** EM 2022

R$ 175 Milhões

VENDA DE **SUBSTRATO PARA PLANTAS** EM 2022

R$ 362 Milhões

abisolo

Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

FAÇA O DOWNLOAD

ANUÁRIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL **2023**

FÓRUM BIOINSUMOS NO AGRO

A ser realizado em **16 de outubro 2023, das 9h00 às 12h50**, o Fórum Bioinsumos no Agro reunirá especialistas, pesquisadores e *players* do setor para discutir e promover soluções inovadoras e sustentáveis para a cadeia. O evento será realizado no edifício-sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo, e tem como objetivos fornecer um espaço de intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre bioinsumos, unir o setor e debater os seus principais desafios.

Trata-se de uma iniciativa que visa impulsionar a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis. Com o crescente interesse em agricultura de baixo impacto ambiental, os bioinsumos têm despertado grande interesse como uma alternativa viável na produção. Esses produtos são baseados em componentes biológicos, como microrganismos e extratos vegetais, utilizados para controle de pragas e doenças, desenvolvimento de plantas e aumento de fertilidade do solo, potencializando os ganhos ambientais em toda a cadeia de produção.

As palestras serão conduzidas por renomados especialistas da indústria, pesquisadores e profissionais do setor, que abordarão uma variedade de tópicos relacionados aos bioinsumos no agronegócio. Serão discutidos o panorama atual do mercado no Brasil e no mundo, políticas públicas e regulamentação, além de debates sobre biofertilizantes, bioinoculantes e biodefensivos sob os pontos de vista de pesquisadores, usuários e indústria.

O Fórum é uma realização da Abisolo – associação que representa as empresas de biofertilizantes, fertilizantes minerais especiais, fertilizantes orgânicos, fertilizantes organominerais e condicionadores de solo –, da CropLife Brasil (CLB) e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), que representam as indústrias de defensivos e biodefensivos. A correalização é da Fiesp, entidade que representa as indústrias do estado de São Paulo dos mais diversos setores.

O Fórum também conta com o apoio e a participação efetiva de relevantes instituições do setor, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entre outras.

O Fórum Bioinsumos no Agronegócio é gratuito. O público esperado para o evento inclui lideranças de diversos setores da cadeia agropecuária, produtores, *stakeholders* com interesse no setor, acadêmicos, instituições de pesquisa públicas e privadas e demais interessados no tema. Para mais informações sobre o evento, entre em contato com a organização por meio do e-mail forumbioinsumosnoagro@gmail.com.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO*

8h00: Credenciamento

9h00: Abertura

Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp

Tirso Meirelles, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

Carlos Fávaro, ministro do MAPA

9h25: Painel 1 – Panorama do mercado de bioinsumos
Moderador: Fernando Lopes, editor de Agronegócios IM Business

Panorama do mercado brasileiro e mundial de bioinsumos
André Dias, diretor da Kynetec para a América Latina

O mercado de bioinsumos na visão da indústria
Gustavo Herrmann, diretor comercial da Koppert Brasil

10h20: Painel 2 – Políticas públicas e regulamentação: aspectos atuais e perspectivas
Moderador: Arnaldo Jardim, vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

Debatedores:
Cleila Guimarães, diretora do Departamento de Bioindústria e Insumos Estratégicos da Saúde do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Silvia Massruhá, presidente da Embrapa

11h00: Painel 3 – Biodefensivos
Moderador: Marcos Matos, CEO do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)

Biodefensivos na agenda ESG
Marcelo Morandi, chefe de Relações Internacionais da Embrapa

Novas tecnologias no mercado de biológicos
Paulo Arruda, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

11h40: Painel 4 – Biofertilizantes e bioinoculantes
Moderador: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG

Os biofertilizantes na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas
Átila Mógor, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Os ganhos econômicos da utilização de inoculantes
Solon Cordeiro de Araujo, diretor-executivo da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

A importância dos bioinsumos na construção e na recuperação da fertilidade dos solos
Fernando Andreote, professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

12h35: Encerramento

Roberto Rodrigues, professor emérito da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Jacyr Costa, presidente do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag/Fiesp) ■

*Sujeita a alterações

CONEXÃO CIÊNCIA REÚNE AS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DO SETOR DE FERTILIZANTES ESPECIAIS

Recentemente, a Abisolo lançou a plataforma Conexão Ciência, que visa consolidar em um só lugar a produção científica relacionada aos fertilizantes especiais publicada nas principais revistas nacionais e internacionais. A plataforma já reúne mais de trezentos artigos e deverá chegar a mil conteúdos até o final deste ano.

Em desenvolvimento há cerca de um ano, a Conexão Ciência é uma parceria da Abisolo com algumas das principais universidades agrícolas do Brasil. O projeto demonstra os benefícios das tecnologias do setor para o aumento da *performance* e da sustentabilidade da produção e para a recuperação da fertilidade dos solos.

Ao idealizar a Conexão Ciência, a Abisolo tinha o propósito de apresentar uma ferramenta de fácil acesso para que a produção científica pudesse ser consultada fora do meio acadêmico. A plataforma está funcionando como um espaço de convergência dos conhecimentos sobre fertilizantes especiais, com uma linguagem mais acessível para que todos os interessados na indústria de fertilizantes especiais possam consultá-la.

Com um *design* semelhante aos mecanismos de busca mais acessados na internet, agricultores, profissionais do setor e estudantes poderão realizar pesquisas por autor, ano de publicação do estudo, cultura (cereais, cana-de-açúcar, café, frutíferas, florestais, hortaliças, entre outras) e categoria de produto. Outros critérios possíveis para pesquisas são agricultura sustentável, aumento de produtividade, metabolismo e mitigação de estresses abióticos.

As universidades e as instituições de pesquisa interessadas podem enviar artigos para a plataforma da Abisolo por meio do e-mail conexaociencia@abisolo.com.br ou do formulário Fale Conosco no site da Conexão Ciência – https://conexaociencia.agr.br –, de modo que o conteúdo seja atualizado constantemente. O acesso às pesquisas é gratuito e pode ser realizado por meio de computadores e dispositivos móveis como celulares e *tablets*.

SOMOS A **MAIOR FÁBRICA** DE **DEFENSIVOS BIOLÓGICOS** DA AMÉRICA LATINA.

E UMA DAS **MAIORES DO MUNDO**

Há mais de 50 anos acompanhamos a evolução da agricultura nacional. Hoje temos a maior fábrica de defensivos biológicos da Améria Latina e somos líderes no mercado de inoculantes. Estamos entre as principais empresas de insumos agrícolas com 8 plantas industriais e 5 centros de distribuição disponibilizando um portifólio completo, com soluções inovadoras, sustentáveis e de alta tecnologia para atender aos desafios do produtor rural e promover segurança alimentar aos consumidores.



@vittia.agro Vittia

@vittia.agro Vittia

VITTIA

VITTIA.COM.BR

ACESSE NOSSO SITE

E SAIBA MAIS

SAFRAS CRESCENTES E FERROVIAS EM BERÇO ESPLÊNDIDO: DESCOMPASSO PREOCUPANTE

ANDRÉ NASSAR
Presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

DANIEL FURLAN AMARAL
Diretor de Economia e Assuntos Regulatórios da ABIOVE

ALEXANDRE BARRA
Consultor de Logística e Regulação da ABIOVE

HÁ UM longo histórico de cobranças dos usuários pela melhoria da qualidade dos serviços de transporte ferroviário de carga e pela sua expansão em consonância com as necessidades do Brasil. Na busca por uma maior participação dos usuários na fiscalização, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) regulamentou, em 2021, o art. 30 da Lei nº 8.987/95 (Lei de Concessões), por meio da Resolução nº 5.938, que criou as comissões tripartites das concessões de rodovias federais e de ferrovias. Com isso, a Agência, a empresa delegatária e o representante dos usuários passaram a contar com um instrumento oficial e legalmente competente para tratar da fiscalização periódica dos serviços.

No que se refere às ferrovias, a Portaria SUFER/ANTT nº 206/21 definiu, entre as suas atribuições, o acompanhamento dos serviços prestados, o tratamento das reclamações recebidas e o monitoramento da evolução das obras de aumento de capacidade. Trata-se, portanto, de um grande passo dado pela Superintendência de Ferrovias (SUFER) da ANTT, com a definição de competências claras e importantes para que usuários, delegatárias e o poder público possam trabalhar juntos, buscar consensos, superar desafios e gerar ações que tragam resultados concretos de curto, médio e longo prazos.

As atribuições legais das comissões tripartites de ferrovias são claras, e seu intento é fiscalizatório. A sua constituição com a participação de representantes dos usuários (um titular e um suplente) não foi prevista na Lei de Concessões de 1995 por mero acaso, mas decorre de uma necessidade premente de que as soluções sejam construídas com o objetivo de ser duradouras e eficazes.

Há uma demanda crescente no mundo pelos produtos agropecuários brasileiros, em especial granéis vegetais sólidos, como a soja, o farelo de soja e o milho, por parte dos países asiáticos. Com a alta competitividade do nosso agronegócio e a sua capacidade crescente de atingir padrões cada vez melhores de eficiência, qualidade e sustentabilidade, veem-se recordes sucessivos nas safras brasileiras.

Os recordes de produção, entretanto, encontram desafios no escoamento de produtos, principalmente nos corredores de exportação. Nas últimas décadas, os portos brasileiros receberam investimentos expressivos para expansão de capacidade; assim, conseguem atender bem a demanda atual e a prevista para os próximos anos. Contudo, não se pode dizer o mesmo da oferta de serviços de transporte de carga pelos modos de transporte de alta capacidade, como as hidrovias e as ferrovias, que, a cada ano, se mostram como um gargalo limitante ao crescimento da produção e das exportações.

A ABIOVE foi selecionada como representante de cinco comissões tripartites de ferrovias e apresentou as reivindicações dos usuários nesses fóruns, as quais colocamos brevemente neste artigo. Tendo as comissões iniciado seus trabalhos em meados de 2022, o balanço do primeiro ano de atividades, todavia, apresentou resultados bastante aquém das expectativas.

Solicitamos informações à concessionária para que pudéssemos avaliar adequadamente a qualidade do serviço prestado, prover aos usuários meios suficientes para planejamento das suas operações, bem como identificar formas de aprimoramento. Níveis de serviço de atendimento das demandas dos usuários por transporte ferroviário e de execução de investimentos na malha para superação de gargalos identificados são dados essenciais e, infelizmente, não foram fornecidos a contento.

A despeito do louvável esforço da ANTT, a prestação de contas pelas concessionárias no âmbito dessas comissões formais, na prática verificada, se revelou insuficiente para trazer a previsibilidade e a confiança tão necessárias para o crescimento sustentado da produção e da exportação brasileiras, em linha com os nossos compromissos socioambientais.

É importante lembrar que a expansão agrícola ocorre em áreas distantes dos portos e que o Brasil precisa de ferrovias e hidrovias para reduzir a pegada de carbono dos produtos. Da mesma forma, é urgente que o escoamento dos fretes se realize com uma maior eficiência energética e propicie uma redução do consumo de diesel, considerando que o País é importador desse combustível. O caminhão é muito pouco eficiente do ponto de vista energético, e o seu uso deveria ocorrer, de forma natural, em curtas e médias distâncias, para o bem do caminhoneiro, que, inclusive, seria um dos maiores beneficiados de uma rede racional de transportes de carga.

Não se pode continuar com a situação de usuários sendo reiteradamente negados em seu direito de acesso à ferrovia sob o argumento de capacidade plenamente utilizada e, ao mesmo tempo, não recebendo um cenário claro e seguro de superação dessa questão em um horizonte minimamente adequado. Também não se pode permanecer em um modelo de precificação sem limites, no qual não há transparência sobre a metodologia de cobrança pelos serviços, sejam eles pela tarifa de transporte ou pelos serviços acessórios, em clara violação ao teto tarifário previsto em contrato.

A fraca resposta das comissões tripartites deu-se devido à patente desconfiança e à baixa disposição dos operadores ferroviários ao diálogo. Sem concertação visando à expansão da oferta de serviços e à melhoria da qualidade no atendimento das demandas, continuaremos vendo o Brasil dependente de uma posição hoje confortável das concessionárias de ferrovias, que podem se dar ao luxo de escolher quais cargas extras – aquelas não contratadas anualmente – atenderão. Como representantes dos usuários, temos defendido um equilíbrio da atuação das concessionárias com os propósitos amplos de concessão do serviço público de transporte ferroviário – melhoria da qualidade e expansão da oferta de serviços – em benefício do desenvolvimento social e econômico.

É fundamental um soerguimento na relação entre usuários e prestadores de serviços de transporte ferroviário de carga. As perspectivas positivas para a produção e as exportações do agronegócio devem resultar em uma realização do potencial de parcerias do setor com as ferrovias para o crescimento sustentado, de longo prazo. É hora de recolocar os trens nos trilhos, em um esforço conjunto da ANTT, das concessionárias e dos usuários. ■



SHUTTERSTOCK

PLATAFORMA DE RASTREABILIDADE "CAFÉS DO BRASIL"

MARCOS MATOS
Diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)

EM TEMPOS de ESG (sigla em inglês para sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa), o CECAFÉ atua em todos os temas relacionados às novas tendências regulatórias nos principais mercados globais. A agenda de sustentabilidade apresenta diversos projetos regulatórios aprovados na União Europeia (UE) para obrigar empresas a prestarem contas sobre questões ambientais e sociais.

São os casos das propostas da UE e do Reino Unido de *due diligence* obrigatória das empresas para mensurar e mitigar riscos de desmatamento em suas cadeias de suprimentos. Na Alemanha, uma legislação semelhante foi aprovada em 2021, com aplicação neste ano e maior rigor a partir de 2024, assim como a Suíça e os Estados Unidos (EUA) debatem novas regras nesse sentido.

O CECAFÉ tem participado de diversos fóruns globais com o objetivo de influenciar no processo de implantação da Lei da UE, em conjunto a parceiros internacionais. Um deles é a European Coffee Federation (ECF), com quem encontrou um caminho estratégico dentro da European Union Agency for the Space Programme (EUSPA) para demonstrar os avanços da sustentabilidade do café brasileiro nas últimas décadas e os desafios dentro da cadeia de custódia para o monitoramento exigido.

A EUSPA tem respaldo junto à Comissão Europeia para direcionar as novas regras e influenciar, em prazos e formatos, a nova Lei, diante do maior contato com as realidades de produção, beneficiamento, classificação, formação de *blends* e exportação.

Nos diversos eventos, o CECAFÉ apresenta a Plataforma de Rastreabilidade "Cafés do Brasil" – desenvolvida pela Serasa Experian e conduzida pelo Conselho e pelos seus associados –, que demonstra avanços sustentáveis na cafeicultura nacional, a experiência do Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na obtenção dos polígonos e dos dados georreferenciados, além dos níveis atuais de preservação florestal nas regiões produtoras.

Com base no marco legal brasileiro e na disponibilidade de inúmeros bancos de dados públicos que são apresentados aos principais importadores e reguladores globais, o País foi indicado como referência da UE à implementação da nova Lei, sendo gerador de conhecimento, experiência e *benchmarks* para outras nações.

Durante a implantação da nova Lei da UE, projetada em dezoito meses, o CECAFÉ receberá membros da EUSPA, da ECF e da Comissão Europeia para acompanharem exportações de café de diferentes regiões e modelos, englobando a realidade da cadeia de custódia, com armazéns regionais, cooperativas e exportadoras.

Ao utilizar exemplos reais do fluxo do comércio a partir do Brasil, a implementação e os *guidelines* serão desenvolvidos com base nas experiências nacionais como referência às demais origens que queiram exportar para a UE.

Demonstrar a realidade, os desafios e os riscos das operações é importante para pautar novos prazos e futuros ajustes na Lei Antidesmatamento europeia. Nessa linha, a EUSPA já tem reafirmado a posição de destaque do Brasil ao demonstrar organização, união e eficiência.

Do desenvolvimento da nossa Plataforma de Rastreabilidade, desponta a oportunidade ao desdobramento de um Protocolo de Sustentabilidade Cafés do Brasil, importante discussão para o segmento exportador, visto que a agenda de inovação e transformação digital é indissociável das estratégias de ganho de competitividade.

Essa plataforma de rastreabilidade socioambiental pavimentará uma via para que o setor avance em conceitos e ferramentas que reduzam custos operacionais e a complexidade das verificações e das comprovações de cumprimento dos parâmetros ESG.

Portanto, aplicar a tecnologia para obter um maior reconhecimento por esforços, avanços e resultados concretos alcançados pelo setor cafeeiro nacional está em sintonia com as discussões das novas regras do comércio nos mais exigentes mercados globais. E os cafés do Brasil estão preparados para liderar esse processo. ■

SÃO PAULO SE TORNA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

ENTRAMOS NO último trimestre do ano com muitas conquistas e o fortalecimento da defesa agropecuária e da segurança alimentar, além do fomento ao desenvolvimento de diversas cadeias produtivas do estado de São Paulo.

Sem dúvida, um dos mais importantes avanços foi alcançar as condições para suspender a vacinação contra febre aftosa. Esse é um marco para a pecuária paulista que, certamente, vai beneficiar todo o setor produtivo de carne bovina.

Com a retirada da imunização no estado, a FAESP prepara-se, a partir do ano que vem, para orientar os pecuaristas sobre a participação destes nos próximos passos exigidos pelo Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA). A expectativa é de que, além de São Paulo, muito em breve, mais estados brasileiros também suspendam o uso do imunizante, para que o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) possa realizar um conjunto de ações necessárias que culminarão com o pleito de reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Após todo o processo de reconhecimento internacional por parte da OIE, tem-se a expectativa da abertura de novos mercados, principalmente nos países que exigem dos exportadores o *status* de livre de febre aftosa sem vacinação, além de expectativas, também, de uma melhor remuneração pela tonelada exportada. Para o pecuarista, esse avanço vai traduzir-se em redução dos custos diretos na produção, uma vez que deixará de se gastar com a vacina.

Em 2022, o MAPA já havia anunciado a suspensão da vacinação contra a doença para o Distrito Federal, o Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, todos estados que fazem parte do Bloco IV do Plano Estratégico (PE) do PNEFA e que cumpriram os pré-requisitos para a dispensa da imunização.

Elaborado pelo MAPA, o PE dividiu o País em blocos de estados com características semelhantes de trânsito e comércio de animais. Em continuidade às estratégias, a Equipe Gestora Nacional (EGN), órgão ligado ao MAPA, decidirá, em novembro próximo, sobre a interrupção da vacinação na Bahia, em Sergipe, no Rio de Janeiro, no Pará, no Maranhão e em Roraima.

Cabe ressaltar que, a partir de maio de 2024, haverá restrição na movimentação de animais e produtos nos estados que ainda praticam a vacinação. A medida se faz necessária porque o pleito para o reconhecimento internacional de zona livre sem vacinação deve ser apresentado à OIE em agosto do ano que vem. A previsão é de que a finalização da avaliação se dê em maio de 2025, cumprindo, assim, o prazo de doze meses sem o uso do imunizante e sem o ingresso de animais vacinados nas áreas, conforme definições do Código Sanitário de Animais Terrestres da OIE.

A meta principal desse movimento é a declaração do Brasil como área livre da doença sem vacinação até 2026.

A suspensão da imunização em São Paulo apenas reforça o reconhecimento da eficiência do serviço veterinário e o compromisso dos pecuaristas do estado com a sanidade animal. Ademais, a dispensa da vacinação só foi conquistada pelo cumprimento de critérios como o georreferenciamento das propriedades com animais suscetíveis, a avaliação do governo do estado no Programa de Avaliação e Aperfeiçoamento da Qualidade dos Serviços Veterinários Oficiais (Quali-SV), o avanço nas ações do PE-PNEFA e o reconhecimento de um fundo indenizatório, além da avaliação quanto à ausência de circulação do vírus no rebanho e da estruturação física e de pessoal nas unidades de vigilância agropecuária.

Nos últimos anos, a FAESP realizou diversas gestões com foco no avanço do processo de erradicação da doença, atuando junto aos organismos oficiais em ações de educação sanitária e orientação aos pecuaristas. Foi um longo processo, de muito trabalho, para criar condições de vigilância e cuidados para alcançarmos o novo *status* sanitário. Agora, estamos próximos do reconhecimento, pelo mercado internacional, da nossa responsabilidade com as questões de sanidade animal e, consequentemente, a qualidade do que levamos à mesa do consumidor. ■



PRODUZIR

O QUE ESTÁ EM JOGO PARA O AGRO NO ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O ACORDO entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) vem sendo negociado há mais de vinte anos e, cada vez que dá sinais de que pode ser colocado em prática, levanta questionamentos nas diferentes cadeias produtivas, especialmente no agronegócio. O tema voltou a chamar a atenção neste ano, com novas rodadas de conversa que envolvem o governo brasileiro – que ocupa a presidência temporária do MERCOSUL – e os líderes do bloco europeu.

Embora o acordo ainda não esteja concluído, sabe-se que a sua minuta prevê, por exemplo, que a UE flexibilizaria 83% do volume de comércio e 77% das linhas tarifárias do setor agrícola, dando acesso preferencial ao MERCOSUL.

Caso seja aprovado o acordo, os dois blocos passam a concentrar, juntos, uma zona de livre-comércio de 780 milhões de habitantes, além de um mercado equivalente a um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) global, segundo dados apurados pela equipe da SRB.

Além disso, o acordo pode abrir oportunidades de US$ 100 bilhões em exportações do MERCOSUL para a UE, conforme um estudo feito pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Em 2022, a UE importou US$ 25,6 bilhões em produtos do agronegócio brasileiro, ou 16% do total, atrás apenas da China. Com base nesses números, é possível dizer que a principal vantagem de um eventual acordo para o agro (e a economia brasileira) será a possível diminuição de barreiras tarifárias e não tarifárias.

Porém, também há possíveis impactos negativos, como a criação de uma reserva de mercado para determinados produtos. Além disso, os altos custos podem dificultar ainda mais o acesso de pequenos e médios produtores às exportações. Ademais, há riscos de restrições a determinados insumos agrícolas usados no Brasil, como fertilizantes e defensivos.

É importante, ainda, uma reflexão sobre o papel de "formadora de opinião" que a UE costuma exercer sobre outros mercados globais. Caso existam medidas restritivas por parte da UE ao agronegócio brasileiro, por exemplo, há o risco de outros países seguirem as mesmas regras.

Um exemplo disso é o chamado "Green Deal" – compromisso dos países europeus de reduzirem as emissões de gases do efeito estufa –, que inclui a exigência de desmatamento zero, seja legal ou ilegal, para diferentes produtos e países, como o Brasil, que exportam para a UE. O Reino Unido e a China estudam adotar medidas semelhantes e observam o andamento das negociações entre o MERCOSUL e a UE.

Em setembro último, participei da reunião da Federação das Associações Rurais do MERCOSUL (FARM), em Montevidéu, no Uruguai. Foi consenso entre as lideranças a não aceitação da chamada "*side letter*" encaminhada pela UE no início deste ano solicitando compromissos extras do ponto de vista ambiental. Foram exigidas, por exemplo, metas que vão além do compromisso de redução do desmatamento assumido pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

Torcemos que o bom senso prevaleça e que as negociações finalmente se transformem em um acordo assinado e ratificado pelos parlamentos de cada país, mas dentro de uma lógica que preserve a legislação de cada país, com foco no desenvolvimento sustentável dos dois blocos, de forma equilibrada. Há quem diga que um acordo final pode sair ainda em 2023. Assim esperamos. ■

O acordo comercial entre o MERCOSUL e a UE pode abrir oportunidades de US$ 100 bilhões em exportações daquele para esta, conforme um estudo da ApexBrasil.

OPINIÃO

GOVERNO PAULISTA CRIA PLANO DE AÇÕES PARA O LITORAL

ANTONIO JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

AS FORTES chuvas ocorridas no litoral norte de São Paulo no início deste ano, que prejudicaram muito toda a população litorânea, acenderam um sinal de alerta para nós. Desde então, a atual gestão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo tem mobilizado coordenadores e técnicos dos seus institutos para criar ações com o objetivo de fortalecer produtores e pescadores.

O governador Tarcísio de Freitas tem dado atenção especial ao litoral, por tudo que os paulistas dessa região enfrentaram. A missão é dar dignidade e oportunidades a todos, principalmente aqueles que foram prejudicados com as perdas causadas pelas chuvas e pelos deslizamentos.

Depois de uma série de reuniões, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento instituiu o Grupo de Ação Integrada do Litoral Sustentável (Grupo AILS), por meio da Resolução nº 43, que prevê elaborar, implementar e acompanhar ações de abastecimento agroalimentar aos municípios do litoral paulista, com foco nos pequenos e nos médios produtores, nos pescadores artesanais e em suas organizações.

Uma das principais metas do Grupo é agilizar a regulamentação da pesca artesanal na região, para que seja equivalente à do produtor rural, com acesso às políticas públicas e entrada nos serviços de inspeção sanitária municipal.

A produção de pescado no Brasil vem crescendo a uma taxa média superior a 5% ao ano. O estado de São Paulo, principal consumidor do País, é o terceiro maior produtor nacional de peixes, com mais de 80 mil toneladas, e movimenta cerca de R$ 1 bilhão por ano. Esses números refletem a inegável importância econômica e social da pesca para o agro paulista. Existe, ainda, um grande potencial de crescimento e desenvolvimento tecnológico.

Segundo o Instituto de Pesca (IP), vinculado à Secretaria, a aquicultura paulista é praticada em 433 municípios e conta com cerca de 32 mil pescadores cadastrados no estado, dos quais mais de 25 mil são considerados artesanais. Precisamos apoiar financeiramente os pescadores artesanais em todo o estado de São Paulo.

Para que esse desenvolvimento ocorra, a Secretaria já alterou e implementou algumas regras do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) para atender as condições específicas dos pescadores artesanais. Essa linha exclusiva dentro do Fundo permite a compra, por exemplo, de câmaras frias, caminhões refrigerados e fábricas de gelo.

Além disso, foi inaugurada a unidade do Cozinhalimento Pescado, que capacita agentes no âmbito da segurança alimentar e nutricional e incentiva a geração de renda para a população local. Até o sistema de Defesa Agropecuária está sofrendo ajustes para que o litoral paulista se enquadre nas regras de sanidade animal e vegetal.

Todas essas ações fazem parte do Plano de Ações Integradas para Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, que foi oficialmente implementado em agosto último, em São Sebastião.

Para este governo, há muito o que fazer por esses trabalhadores do mar, que são motivo de grande orgulho para o estado. Estamos empenhados em melhorar cada vez mais as condições na região. ■



O objetivo do governo paulista é implementar e acompanhar ações de abastecimento agroalimentar às cidades do litoral, com foco nos pescadores artesanais.



REFLEXÃO

O NOVO, O VELHO E O QUE VIRÁ

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Uma mudança deixa sempre patamares para uma nova mudança.
Nicolau Maquiavel

A COMPLEXIDADE derivada de ações geopolíticas do pós-pandemia escancarou um processo global lento, mas efetivo, de reglobalização. Trata-se do novo movimento de fragmentação dos países em blocos mais amigos, mais próximos, em ações voltadas à proteção de mercados e precauções que configuram um novo mundo, assentado sobre velhas atitudes, da Guerra Fria à "guerra quente" entre a Rússia e a Ucrânia, trazendo o velho procedimento protecionista.

O Ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos (EUA), hoje muito mais em uma linha America First, aprova leis como a Lei de Redução de Inflação (IRA, na sigla em inglês), entre outras, com um enorme investimento em economia verde e tecnologias. Enquanto isso, a União Europeia (UE), na linha EU First, cria o Green Deal, voltado ao mesmo objetivo, porém buscando manter a sua linha protecionista e regradora para o novo mundo que se implanta em velocidade.

O Oriente, sob a liderança da China, expande os seus horizontes, buscando em países emergentes uma base de suporte – tanto em termos de segurança alimentar, como de segurança energética – e mecanismos internacionais que permitam ações nesse sentido. O BRICS (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), modelo desenhado muito mais pela soma das oportunidades dos grandes países que o compõem do que pela realidade de relações entre esses países, é um novo fragmento teórico a compor a nova lógica de países em blocos amigos, próximos e complementares.

Uma recente reunião do BRICS agregou novos países e tentou esboçar um plano de ação para um novo mundo. Por trás desse borrão de fragmento, vem a mão pesada chinesa, para liderar movimentos que nem sempre estarão sintonizados com o Ocidente.

O Brasil, com raízes ocidentais, deverá exercitar, de forma inusitada, a sua capacidade diplomática de se posicionar como líder da América Latina na sua longa relação com os EUA e a UE e, ao mesmo tempo, posicionar-se em relação aos movimentos do BRICS e dos diferentes interesses formais brasileiros, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e acordos em desenvolvimento, como aquele entre o MERCOSUL e a UE.

Nesse novo mundo, o olhar com farol alto para oportunidades e ameaças que esse processo de mudanças traz requer da governança brasileira uma expressiva melhoria na relação público-privada, em que o agronegócio terá um papel relevante. Essa relação tanto refere-se às leis que virão do Congresso, posicionando o Brasil de forma altiva em relação às regras do Green Deal ou da IRA, como a novos acordos não só com esses países, mas também com outros importantes consumidores de alimentos, bioenergéticos, veículos automotivos e outros produtos.

Essencial para o agronegócio brasileiro é, além de mostrar protagonismo, buscar o seu potencial competitivo, por meio: da melhoria do seu processo integrado de pesquisa e desenvolvimento; da expansão do cooperativismo, do seguro e do crédito ao produtor – sempre com elevada produtividade e sustentabilidade na integração de diferentes culturas em diferentes safras, no mesmo ano e na mesma área –; do desenvolvimento da sua plataforma de biocombustíveis – na qual a produção e a cadeia automotiva andarão guiadas pelo mesmo norte –; e dos investimentos em infraestrutura e logística à medida que a nossa política monetária vai voltando à normalidade, preparando o caminho do desenvolvimento agroindustrial fundamental para o futuro brilhante reservado ao Brasil. ■

O Brasil deverá exercitar a sua capacidade diplomática de se posicionar como líder da América Latina na relação com os EUA e a UE, em relação aos movimentos do BRICS e a favor dos interesses brasileiros no MERCOSUL, além de acordos em desenvolvimento, como aquele entre o MERCOSUL e a UE.

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:

AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.



30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO